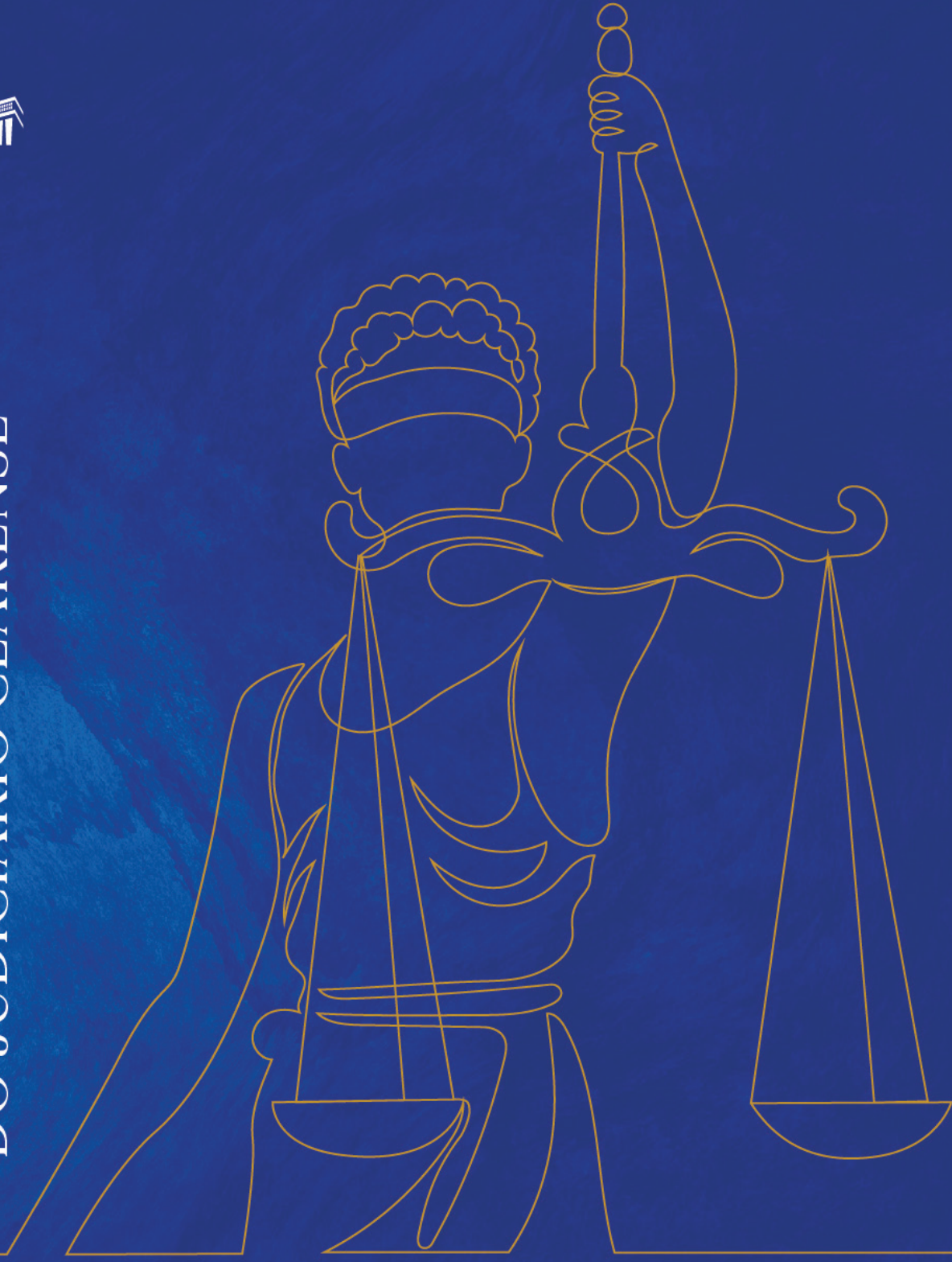


MAGISTRADAS

DO JUDICIÁRIO CEARENSE



MAGISTRADAS

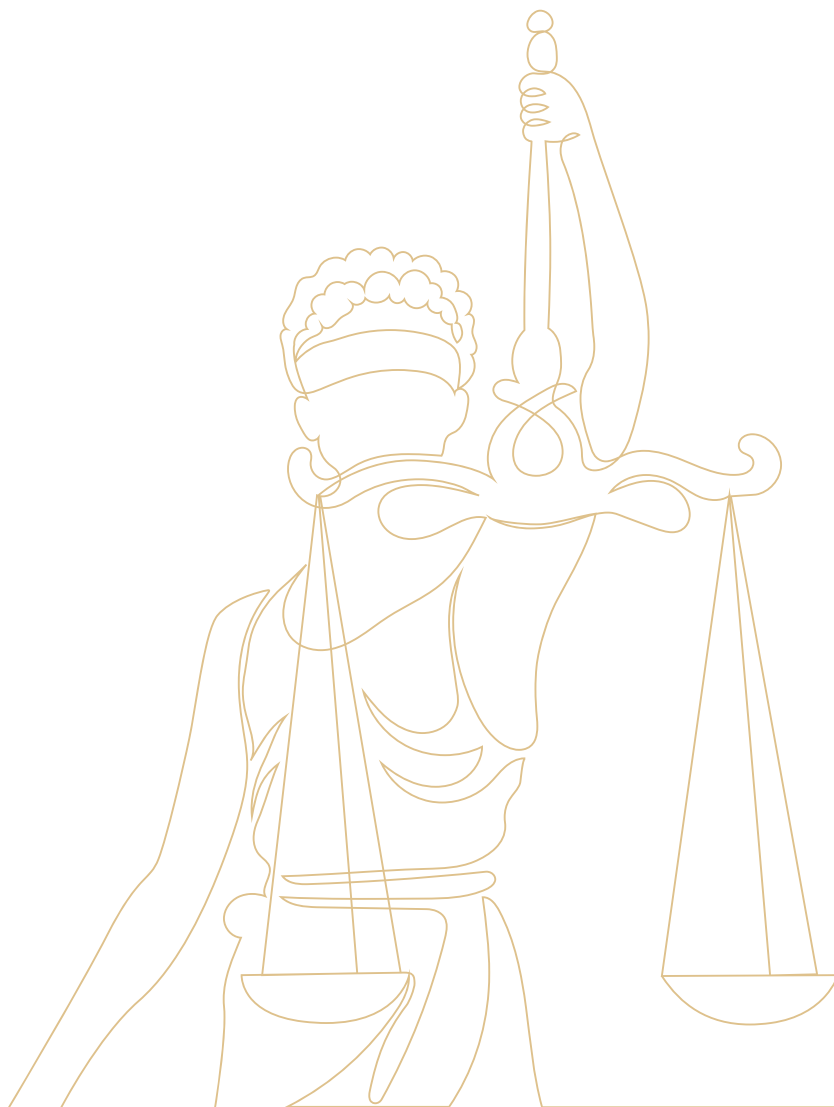
DO JUDICIÁRIO CEARENSE



MAGISTRADAS



DO JUDICIÁRIO CEARENSE



2022



Ficha Técnica

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. A reprodução, de qualquer parte desta publicação, será permitida desde que citada a obra. Reproduções para fins comerciais são proibidas. Disponível também em: <http://www.tjce.jus.br>

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Avenida General Afonso Albuquerque de Lima, s/n
Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP: 60.822-325 | Fone: (85) 3207.7000
www.tjce.jus.br | biblioteca@tjce.jus.br | email: editora@tjce.jus.br

Conselho Editorial (Gestão 2021-2023)

Des. Mário Parente Teófilo Neto – Presidente do Conselho
Desa. Maria de Fátima Melo Loureiro
Dr. Francisco Eduardo Fontenele Batista
Dr. Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho

Organização

Delane Ratts Ferrão
Marina Ratis Chaves
Wanderley Filho

Chefe da Assessoria de Comunicação Social – TJCE

Ilo Santiago Jr.

Editor

Francisco José Rosa

Apoio à Revisão

Edson Gomes

Capa/Diagramação

Hugo Leonardo Guedes

Impressão/Acabamento

Coordenadoria de Apoio Operacional da Assessoria de Comunicação Social – TJCE

Coordenador

Rômulo Cidrão

Bibliotecária

Ivete Costa de Oliveira CRB - 3/998

C387m Ceará. Tribunal de Justiça
Magistradas do Judiciário Cearense / Tribunal de Justiça do Estado
do Ceará. - Fortaleza : Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2022.
229 p. : il.

ISBN:

1. Judiciário Cearense - Magistradas. 2. Judiciário Cearense -
História. 3. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. I. Título.

CDU: 340
CDDir: 340.98131

Composição Atual

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira – Presidente do TJCE

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes – Vice-Presidente do TJCE

Des. Paulo Airton Albuquerque Filho – Corregedor-Geral da Justiça

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha

Desa. Maria Iracema Martins do Vale

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo

Desa. Vera Lúcia Correia Lima

Des. Emanuel Leite Albuquerque

Des. Paulo Francisco Banhos Ponte

Desa. Francisca Adelineide Viana

Des. Durval Aires Filho

Des. Francisco Gladysson Pontes

Des. Francisco Darival Beserra Primo

Des. Francisco Bezerra Cavalcante

Des. Inacio de Alencar Cortez Neto

Des. Washington Luis Bezerra de Araújo

Des. Carlos Alberto Mendes Forte

Des. Teodoro Silva Santos

Desa. Maria Iraneide Moura Silva

Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite

Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes

Desa. Lisete de Sousa Gadelha

Des. Raimundo Nonato Silva Santos

Desa. Maria Edna Martins

Des. Mário Parente Teófilo Neto

Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves

Des. José Tarcílio Souza da Silva

Desa. Maria de Fátima de Melo Loureiro

Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães

Desa. Lira Ramos de Oliveira

Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto

Des. Francisco Carneiro Lima

Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato

Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra

Des. Henrique Jorge Holanda Silveira

Des. Sérgio Luiz Arruda Parente

Des. Antônio Pádua Silva

Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues

Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães

Des. José Ricardo Vidal Patrocínio

Desa. Maria das Graças Almeida de Quental

Desa. Joriza Magalhães Pinheiro

Agradecimentos

À diretora do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), juíza Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo; à secretária da Diretoria do FCB, Tássia Miranda dos Santos; à secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira; à gerente de Administração de Pessoal da SGP, Louyse Silveira Araújo; à Associação Cearense de Magistrados (ACM); ao presidente da ACM, juiz Daniel Carvalho Coelho; ao analista de sistemas da ACM, Paulo Sérgio Medeiros Pinto; às magistradas que contribuíram para esta publicação; e a todos os supervisores de varas e juizados localizados nas comarcas do interior e da capital.

Apresentação

O Dia Internacional da Mulher, além de justa homenagem reconhecida mundialmente, é um chamado para a efetivação da Justiça em seu sentido mais profundo: o da verdadeira humanização nas relações sociais. A mulher, que entre suas infinitas faculdades também tem o dom de prover a vida, não pode ser excluída da vida em sociedade ou impedida de exercer atividades apenas por ser ou se reconhecer mulher. Por mais que avanços para a emancipação feminina tenham sido registrados nos últimos anos, muitos obstáculos sociais, culturais e econômicos, que atingem mulheres sem fazer distinções de classe, cor ou religião, persistem e demandam diariamente o Judiciário, que por sua vez, precisa estar em sintonia com a necessidade de ser também, como Instituição, um exemplo de justiça no que diz respeito às questões de gênero.

Uma nação próspera e justa é um ideal viável somente quando há respeito mútuo e oportunidades iguais para homens e mulheres. Esse entendimento é fundamental para uma aceitação adequada das naturais diferenças e semelhanças que se apresentam entre seus membros ao longo do tempo. Por isso, o combate à intolerância e à desigualdade, baseado em valores humanistas, se apresenta como iniciativa indispensável para transformar o sonho em realidade. O nosso desafio é conseguir chegar a esse patamar de equilíbrio.

A Constituição de 1988, no seu Art. 3º, afirma que entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O texto é sábio ao escolher os verbos construir e promover, porque expressam corretamente que esses ideais reivindicam vontade e trabalho para se estabelecerem: é que somente palavras não bastam para mudar uma realidade se não forem devidamente acompanhadas por ações correspondentes. E nesse sentido, o Ceará

figura de modo singular como exemplo de inovações, berço de grandes mulheres que ocuparam e continuam ocupando espaços privilegiados na história, nas instituições, na literatura, nas artes, nas lutas políticas e sociais do nosso país. Os movimentos de libertação e cidadania no nosso Estado foram sempre profundamente marcados pela presença das mulheres nas mais diferentes épocas.

Nascida em Pernambuco, mas firmando família no Crato, temos Bárbara de Alencar, mãe de Tristão Gonçalves e avó de José de Alencar, que lutou pelos ideais republicanos no Brasil do Século XVIII. A cearense Jovita Feitosa, de Tauá, precisou cortar os cabelos e se disfarçar de homem para servir no Exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai, no Século XIX. A grande Rachel de Queiroz foi a primeira mulher na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977. Antes desse feito ímpar, que quebrou preconceitos arraigados na cultura nacional, a escritora piauiense Amélia de Freitas Beviláqua, esposa do jurista cearense Clóvis Beviláqua (que dá nome ao Fórum de Fortaleza), foi a primeira mulher a se candidatar à ABL, com apoio do marido, mas injustamente rejeitada, apenas por ser mulher, em 1930. Mais recentemente, a fortalezense Maria da Penha fez da sua história pessoal uma bandeira contra a violência doméstica, resultando na lei que carrega o seu nome, a Lei Maria da Penha, instrumento valioso de apoio às brasileiras.

Esses são apenas alguns exemplos mais conhecidos entre tantas histórias e mulheres que, atuando no Ceará, ajudaram a modelar esse espírito feminino destemido, incansável na busca por oportunidades na construção e na promoção de uma sociedade mais humanizada. E seguindo essa tradição, o Poder Judiciário cearense também se revelou, ao longo do tempo, espaço para a capacidade feminina no exercício da magistratura, bem como na sua própria gestão administrativa.

Nomes não faltam para ilustrar essa disposição. A primeira juíza do Brasil, Auri Moura Costa, nomeada em 1939, nasceu em Redenção, município conhecido pela luta abolicionista, outro pioneirismo cearense. Depois, a magistrada foi a primeira juíza a se tornar desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE/CE) e foi vice-presidente do TJCE e diretora

do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, que agora em 2022 é dirigido por outra mulher, a juíza Ana Cristina Esmeraldo. O legado de Auri Mouta Costa para o país é imensurável, por inaugurar um novo tempo de possibilidades para as mulheres, ao vencer barreiras que pareciam intransponíveis e abrir portas para a presença das mulheres em instituição até então exclusivamente masculina.

Com esse propósito transformador, as mulheres seguiram adiante na Justiça cearense. A desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins inaugurou um novo momento de modernização e inclusão no Judiciário estadual ao ser a primeira mulher a assumir a Presidência do TJCE, em 1999. Outro marco para a consolidação da presença feminina no Judiciário no Ceará foi a Gestão da desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, de 2015 a 2017. São referências que dignificaram a minha chegada a esse posto, em 2021.

Assim, como mulher e presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, sinto-me estimulada a contribuir para a reafirmação desse legado. Uma das ações nesse sentido é a presente publicação, que representa homenagem e registro do valoroso trabalho realizado por nossas magistradas, representantes de uma bela história de lutas por igualdade, atuando em conjunto com outras mulheres: servidoras, colaboradoras, advogadas, estudantes, mães, filhas, sempre solidárias nessa missão. Para ser justa, muitos homens também fizeram e fazem parte dessa construção afirmativa: desembargadores, juristas, advogados e outros profissionais de diversas áreas, aliados da modernidade e do aperfeiçoamento das nossas instituições. São parceiros de um movimento de renovação que aproxima ainda mais o Judiciário da sociedade, tornando-o mais plural e representativo da realidade em que atuamos.

Vale ressaltar que esta publicação é dedicada às mulheres também como incentivo ao natural equilíbrio que deve nortear as relações de trabalho no Brasil. Apesar do muito já percorrido, a caminhada continua, ainda desafiadora, mas já com um horizonte ao alcance da vista. Hoje temos a maior participação de mulheres no Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará, com 16 desembargadoras e com perspectivas de aumento dessa representatividade. É uma presença crescente que reflete

e atualiza esse importante passado de protagonismos no Judiciário brasileiro que tanto nos orgulha.

Parabéns às valorosas mulheres que engrandecem, com coragem e competência, com suas experiências, o Judiciário do Ceará. Que possamos seguir adiante, irmanadas pelos laços de amor ao trabalho e pelas noções de igualdade, de reconhecimento e de colaboração que fazem esta Instituição e a nossa História.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Introdução

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) iniciou 2021 com a posse da terceira mulher a presidir a Corte ao longo de sua história, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, anunciando uma gestão focada na transformação digital e na humanização do Judiciário, especialmente no atendimento ao cidadão. Com esses objetivos, o programa da Administração, feito com base em estudos e números analisados em reuniões realizadas antes mesmo da posse, reservou atenção especial para a valorização da mulher no Judiciário e para o reforço do combate à violência doméstica e familiar, entre outras questões igualmente importantes, como as que envolvem crianças e adolescentes. As ações educativas e os projetos para inibir a violência de gênero sempre tiveram o olhar especial da Presidência do TJCE.

Em meio à pandemia do novo coronavírus, o teletrabalho consolidou-se como meio efetivo de atuação do Judiciário na realização de audiências e julgamentos em sessões por videoconferência. Os meses avançaram e também a vacinação contra a Covid-19, conquista científica tão aguardada e tão essencial à preservação de vidas, a qual possibilitou o retorno gradual ao atendimento presencial, sempre observando os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelas autoridades.

Quando o TJCE atuava nos procedimentos para a volta gradativa do atendimento presencial, no dia 6 de setembro de 2021, um incêndio atingiu metade do prédio que abrigava o Palácio da Justiça, no Centro Administrativo do Cambé, em Fortaleza. Felizmente, os prejuízos se limitaram apenas aos bens materiais, sem perda de vidas. Apesar disso, os investimentos feitos nos últimos anos, especialmente em tecnologia, e o esforço de servidores e magistrados nos dias que se seguiram ao incidente, se mostraram essenciais para evitar a paralisação dos serviços prestados pelo Tribunal. Suas atividades, muitas já executadas por meio remoto, continuaram a ser realizadas. E assim, com a retomada gradual dos serviços presenciais, sempre em observância aos decretos estaduais para as regras sanitárias, algumas unidades

foram transferidas para o Fórum Clóvis Beviláqua, como a Presidência, Vice-Presidência, gabinetes dos desembargadores, secretarias e assessorias do TJCE.

Nesse meio tempo, o trabalho foi naturalmente redimensionado, enquanto a gestão seguiu atuando para recuperar, ampliar e modernizar a sede da Justiça do Ceará, de modo a entregar uma nova estrutura para a sociedade, capaz de contemplar mais uma vez o devido funcionamento tanto das atividades internas, quanto daquelas voltadas ao cidadão. Assim, mesmo com os desafios que se apresentaram, o TJCE manteve seus projetos, alcançando, inclusive, uma ampliação de sua capacidade de atendimento e o consequente aumento da produtividade, devidamente registrado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, colocando o Tribunal entre os mais efetivos do país.

Para assegurar esse desempenho, a boa notícia foi a aprovação, pelo Senado Federal, do empréstimo que permite colocar em prática o Programa de Modernização do Judiciário cearense (Promojud). Os recursos, de 35 milhões de dólares, são do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a Justiça do Ceará e o Governo do Estado, com contrapartida de 7 milhões de dólares.

Essa operação se destaca pelo ineditismo no Brasil, se tratando de Tribunais. Os valores serão investidos, ao longo de cinco anos, no aprimoramento dos serviços e no fortalecimento da gestão, por meio da transformação digital. O objetivo é desenvolver e aperfeiçoar projetos, com uso da tecnologia, para oferecer ao cidadão soluções virtuais, dentro da chamada “Justiça 4.0”, que consiste na automação de procedimentos, atividades e atendimento. O Promojud engloba 28 projetos que foram iniciados logo nos primeiros meses de 2022.

Nesse cenário de aprendizados e evolução, e observando uma visão humanista, a presente publicação foi idealizada pelo TJCE em celebração ao **Dia Internacional da Mulher**, comemorado no dia 8 de março, dedicada mais especificamente às magistradas que atuam no Poder Judiciário. É, portanto, retrato da participação

feminina na magistratura cearense em 2022, com os perfis das desembargadoras e juízas no exercício das funções, expressões atuais de uma história de avanços institucionais e sociais que precisam ser preservados e atualizados. Homenagem singela que é, simultaneamente, reconhecimento aos avanços conquistados na luta por mais igualdade de gênero, e incentivo para que mais mulheres possam trilhar o caminho de uma magistratura humanizada e eficiente na promoção da justiça.

A pesquisa, edição, diagramação, contatos, coleta e checagem de informações, produção textual e revisão ficaram sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social e do Parque Gráfico do TJCE. As informações sobre os perfis apresentados no livro foram colhidos junto à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Tribunal, à Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), à Associação Cearense de Magistrados (ACM) e a formulários enviados via e-mail às magistradas.

O livro “Magistradas do Judiciário Cearense – 2022” apresenta os perfis em duas partes: uma composta pelas desembargadoras e a outra pelas juízas, que estão em exercício. A sequência dos nomes segue a ordem alfabética, conforme critério editorial.

Sumário

1 O PIONEIRISMO FEMININO NA JUSTIÇA CEARENSE	21
1.1 Auri Moura Costa	24
1.2 Águeda Passos Rodrigues Martins	25
1.3 Maria Iracema Martins do Vale	27
2 PROTAGONISMO FEMININO	28
2.1 Maria Nailde Pinheiro Nogueira	31
2.2 Números em Evidência	34
2.3 Ações de Incentivo na Atual Gestão	36
3 MAGISTRADAS CEARENSES EM ATUAÇÃO	38
3.1 Desembargadoras	42
3.2 Juízas	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228

1

O PIONEIRISMO
FEMININO NA
JUSTIÇA CEARENSE





Auri Moura Costa



Águeda Passos Rodrigues Martins



Maria Iracema Martins do Vale



Maria Nalide Pinheiro Nogueira

Se existe uma palavra que pode definir com precisão o espírito desbravador do Judiciário e da gente cearense é “pioneirismo”, expressão de uma vontade de agir e, muitas vezes, de antecipar tendências e acontecimentos. Esse tipo de identidade coletiva não surge ao acaso, solta no tempo e no espaço, mas ao contrário, se elabora inserida dentro de contextos maiores, que repercutem e se desenvolvem com maior ou menor velocidade a depender do lugar e da sociedade onde tais fenômenos são registrados. Desse modo, mudanças socioeconômicas e comportamentais que agitaram o mundo e o Brasil em determinado tempo foram o pano de fundo para a emergência de algumas características locais específicas no Ceará, compartilhadas por seus habitantes e que propiciaram acontecimentos marcantes, como é o caso da participação das mulheres no mundo jurídico.

Ideias sobre emancipação feminina, por exemplo, são registradas desde o século XIX, mas ganharam força de ação no Brasil – como em boa parte do mundo ocidental – apenas no início do século XX, com a maior reivindicação das mulheres por oportunidades de participação no mundo do trabalho e na vida política do país. Para se ter uma noção do tamanho desse desafio, o voto feminino foi assegurado pelo Código Eleitoral brasileiro apenas em 24 de fevereiro de 1932. E somente em 1934 esse direito passou a ser previsto na Constituição Federal.

Esse incipiente contexto nacional de mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais encontrou, no Ceará, as condições materiais e um espírito vanguardista adequado ao seu rápido adiantamento, estimulantes de uma inquietação positiva verificada em muitos setores de uma sociedade disposta a rever contradições, rebelar-se contra injustiças, reformular consensos antigos e enfrentar limitações que desafiavam a modernização da vida em comum. Aos poucos, uma ânsia por novos avanços se instalava no Estado, a ponto de se constituir como um traço de distinção próprio dos cearenses, um sentimento manifestado em diversas áreas. A Sociedade Libertadora Cearense, de João Cordeiro, foi uma das pioneiras na luta contra a escravidão, outro tema que se adiantou bem no Ceará, que em 25 de março

de 1884 se tornou a primeira província brasileira a abolir a escravatura, na Vila do Acarape, hoje Município de Redenção.

De fato, os ideais de modernidade dessa época, marcados conceitos como o cientificismo e o liberalismo político, contribuíram para um período de grandes mudanças que encontraram solo fértil no Ceará, incentivando movimentos como o próprio republicanismo no Estado. A historiadora Celeste Cordeiro, em “*O Ceará na segunda metade do século XIX*”, publicado na coletânea “*Uma nova história do Ceará*”, afirma que o “panorama de aspectos sociais, intelectuais e políticos que caracterizavam o Ceará” permitiu uma intensa repercussão desses novos conceitos que se apresentavam no país. “Nosso Estado, ao seu jeito, viveu intensamente todo esse processo: políticos e partidos, tribuna, imprensa, crescente circulação de ideias, agrupamentos intelectuais, preocupação com a educação.”

A professora destaca que essa ebulição de ideias ajudou a intensificar a vida intelectual para homens e mulheres em Fortaleza, onde, “em 1870, além do Liceu, ainda havia três colégios para o sexo masculino: o Ateneu Cearense, o Panteon Cearense e o Colégio Cearense (dirigido pelo Pe. Luiz Perdigão). Para moças, havia o Colégio da Imaculada Conceição e o Colégio Cearense (dirigido por Carolina de Assunção)”.

Foi questão de tempo para que as mulheres questionassem a imposição de tantas limitações sociais e de comportamento. O historiador Sebastião Rogério, em “*A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle*”, registra o fenômeno:

“Com efeito, nos anos 20 [do século XX], assiste-se a uma radical mudança nos costumes e no modo de vestir, sobretudo das mulheres. A nova moda, escandalosa e ousada, traduziu-se no uso de vestidos curtos (um pouco abaixo dos joelhos) e sem mangas, e o corte de cabelo curto, igual ao dos rapazes, – o cabelo à *la garçonne*. (...) Cabelos curtos, mas ideias longas: as mulheres também passam a exigir o direito de voto, já estão começando a desempenhar trabalhos antes só restritos aos homens, mas reivindicam

mais oportunidades nesse sentido e, por fim, questionam o mito da superioridade física e intelectual masculina” (ROGÉRIO, 2000, págs.186/187).

Inseridas nesse contexto de objeção a certos padrões estabelecidos, e com uma crescente aspiração por mudanças, as cearenses construíram novos capítulos de protagonismos e enfrentamentos em muitas áreas, inclusive, no Direito e no Judiciário, que se refletiram na Academia e no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Debates sobre a importância da participação das mulheres nas atividades jurídicas, desde a formação intelectual até a ocupação de novas funções de trabalho, foram pautando o ambiente e reafirmando esse caráter pioneiro que é marca dos cearenses.

É isso o que veremos nas próximas páginas desta publicação, através de realizações de algumas magistradas que deram inestimáveis parcelas de colaboração ao Poder Judiciário e ao Brasil, transmitindo para mulheres e homens de todas as gerações não apenas o exemplo que inspira, mas a certeza de que é possível vencer preconceitos. Foi na evolução social em meio a essas conjunturas que, não por acaso, a primeira juíza do país foi aprovada e nomeada no Ceará, berço de mulheres iluminadas que conseguiram brilhar com intensidade desde a Terra da Luz até os limites do Brasil.

1.1 Auri Moura Costa

Em 31 de maio de 1939, a cearense **Auri Moura Costa** foi nomeada juíza, entrando para a história como **a primeira mulher no Brasil a ingressar na magistratura**, após aprovação em concurso de provas e títulos. Natural de Redenção (município nacionalmente conhecido por ser o precursor da abolição da escravatura no Brasil, quando libertou seus cativos no dia 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea), a magistrada foi também precursora da participação feminina no Judiciário, então um ineditismo.

O professor João Batista Cascudo Rodrigues conta, em *“A Mulher Brasileira: Direitos Políticos e Cívicos”*, que o feito causou tamanho estranhamento, ainda mais quando a participação feminina nos cargos mais elevados dos Poderes da República era inimaginável para a maioria das pessoas, que chegou a ser visto pelos mais incrédulos como um engano da banca examinadora, que teria confundido “Auri” com um nome próprio masculino. Essa hipótese, no entanto, foi devidamente desfeita pelos fatos.

É que no documento de sua nomeação como juíza municipal de Várzea Alegre, que consta nos arquivos do Diário Oficial, Auri Moura Costa é citada como “bacharela”, no feminino, encerrando a polêmica versão do suposto equívoco da banca examinadora. De todo modo, o episódio revela que mesmo com alguns dos empecilhos legais contra as mulheres destravados, a cultura machista seguia desafiando a concretização desses direitos.

Por isso, a trajetória profissional de Auri Moura Costa não deve ser vista como uma sequência de concessões piedosas, muito pelo contrário, mas antes como conquista legítima, resultado de uma tenaz obstinação de avançar na magistratura, com competência e coragem, enfrentando duras resistências, até se tornar, em 1968, **a primeira desembargadora do TJCE**. Depois, em 1974, a desembargadora Auri Moura Costa se torna **a primeira mulher a ocupar a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará** (TRE/CE). E não parou por aí: em 1977, dando continuidade ao seu legado de pioneirismos, a magistrada é feita vice-presidente do TJCE e **diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, primeira desembargadora a ocupar essa função**. É o início de um novo tempo para as mulheres do Ceará e do Brasil.

1.2 Águeda Passos Rodrigues Martins

Com o caminho finalmente aberto para a presença das mulheres na magistratura cearense, mas ainda repleto de desafios e obstáculos, a desembargadora **Águeda Passos Rodrigues Martins** se torna, em 1986, a **segunda mulher a ingressar no TJCE**, consolidando uma carreira iniciada em 1961, como juíza, na qual passou por diversas comarcas do Estado, incluindo Fortaleza. Nascida em Viçosa do Ceará, escritora com obras na área do Direito, professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), a magistrada assume, no dia 3 de maio de 1990, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), permanecendo até 11 de junho do ano seguinte. Antes, atua como vice-presidente e corregedora da Corte Eleitoral de 1989 a 1990.

Mas é em 1997 que a desembargadora iguala o feito de Auri Moura Costa e chega aos postos de vice-presidente do TJCE e de diretora do Fórum Clóvis Beviláqua para ir além, quando, em 1999, **Águeda Passos assume a Presidência do Judiciário cearense, a primeira mulher a ocupar o cargo depois de 125 anos de instalação do Tribunal estadual.**

A Gestão da desembargadora registra realizações importantes, como o inovador Programa de Informatização do Judiciário, que conectou as comarcas cearenses por meio de fibra ótica, propiciando uma revolução na velocidade do trâmite dos processos no Estado e criando as bases para a efetiva modernização da Justiça, ação visionária cujos resultados foram tão significativos que se perpetuaram como demanda perene para as gestões vindouras, sobretudo agora quando o atendimento informatizado se mostrou fundamental para a prestação de serviços durante o distanciamento social resultante das medidas de combate à pandemia.

Naquele mesmo biênio, já no 2000, o Hino do Judiciário do Estado do Ceará, símbolo institucional que representa o espírito dos que servem à Justiça estadual, é escolhido em concurso realizado pela Presidência do TJCE, com letra da servidora Maria do Carmo Leal Ximenes e música de Júnior Marques. Um dos trechos do Hino

ressalta essa vocação pela busca incessante de iluminar novos caminhos: *E nas plagas da Terra da Luz / Faz surgida ao clarão de esplendor / Sentinela de ardor que conduz / A Justiça glorioso em fulgor.*

Um dos marcos da Gestão, e da própria história do Poder Judiciário do Ceará, é a instalação do chamado “Tribunal do Povo” (hoje Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira), também no ano 2000, em Fortaleza, com a construção de uma bela estrutura onde estão reunidas todas as Turmas Recursais dos Juizados Especiais de todo o Estado, iniciativa que possibilitou maior integração processual e mais celeridade na solução dos recursos envolvendo causas de até 40 salários mínimos, com o objetivo de priorizar o atendimento aos setores mais carentes da sociedade. Na inauguração, a magistrada Águeda Passos lembrou que a própria arquitetura do edifício, em estilo greco-romano, contemplava a verdadeira missão do prédio: “Quero que o povo mais humilde atravesse o limiar desse edifício com a certeza de que sua dignidade como cidadão é reverenciada pela beleza dos adornos em mármore”.

Entre os marcos do trabalho da magistrada também estão a sede da Corregedoria-Geral da Justiça e a Creche-Escola do Judiciário, além da Capela Nossa Senhora de Fátima, no Tribunal estadual. Em 2001, a desembargadora segue a trajetória desbravadora e se torna a **primeira corregedora-geral da Justiça cearense**, aposentando-se em 2004. A magistrada veio a falecer no dia 10 de maio de 2017, em Fortaleza,.

1.3 Maria Iracema Martins do Vale

Nomeada desembargadora em 2005, **Maria Iracema Martins do Vale** se torna, em 2015, **a segunda mulher a presidir o Poder Judiciário do Ceará**. Nascida em Fortaleza, atuou no Ministério Público, onde chegou ao cargo de procuradora-geral de Justiça, em 2004.

Sempre com atuação destacada, foi ouvidora do TJCE (2007 a 2009) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE (2013 a 2015). Foi também **a primeira mulher presidente do Colégio de Presidentes dos TREs** (2014 a 2015).

Em janeiro de 2017, assumiu interinamente como governadora em exercício do Estado do Ceará, a segunda mulher a ocupar o cargo, em razão de viagem internacional do governador Camilo Santana. Nessa ocasião, a desembargadora **sancionou a lei de cotas em universidades públicas estaduais**.

Também no ano de 2017, Maria Iracema do Vale foi empossada, por indicação do Supremo Tribunal Federal (STF), como a **primeira desembargadora cearense conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. Em 2018, foi eleita ouvidora geral do CNJ e, um ano depois, juíza auxiliar da Presidência do CNJ, de 10 de outubro de 2019 a 11 de setembro de 2020.

O reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela magistrada foi além dos limites do Judiciário. Entre as diversas condecorações recebidas ao longo da carreira, destacam-se a Medalha Abolição, concedida pelo Governo do Ceará (2019) e o Troféu Sereia de Ouro, comenda concedida pelo Sistema Verdes Mares, integrante do Grupo Edson Queiroz (2019).

À frente do TJCE, sua gestão foi marcada pelo lançamento da “Semana da Justiça pela Paz em Casa”, parceria com o CNJ realizada nacionalmente, para dar celeridade aos processos amparados pela Lei Maria da Penha e em casos de feminicídio (quando a vítima é morta apenas pela condição de ser mulher). Ainda na Administração da desembargadora Iracema do Vale, o TJCE iniciou o projeto das audiências de custódia, as negociações para a instalação da Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza e a implantação do projeto “Um Novo Caminhar”, que oferece oportunidades de emprego a mulheres em situação de violência doméstica.

2 PROTAGONISMO FEMININO



2.1 Maria Nailde Pinheiro Nogueira

O pioneirismo das mulheres no Judiciário criou raízes e se estabeleceu com o crescimento do protagonismo feminino, que pode ser bem verificado na atualidade. Confirmando essa evolução, em 29 de janeiro de 2021, a desembargadora **Maria Nailde Pinheiro Nogueira** assume a Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), **tornando-se a terceira mulher no comando da Corte** desde a instalação, a 3 de fevereiro de 1874.

Nascida em 1957 no Município de Aurora, na Região do Cariri cearense, de onde saiu ainda jovem com os pais e irmãos para morar em Fortaleza, a presidente do TJCE foi professora das séries iniciais no Colégio Agapito dos Santos, enquanto também estudava para o vestibular. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1982, começando a trajetória profissional como escrevente do Cartório Miranda Bezerra. Nessa função, apaixonou-se pelo mundo jurídico.

Alcançou a meta em 1986, quando ingressou na magistratura, após aprovação em concurso público. Exerceu o cargo de juíza nas Comarcas de Marco, Acaraú, Jucás, Orós, Saboeiro, Icó e Fortaleza, até ser eleita, em 2009, desembargadora do TJCE, pelo critério de merecimento.

Em 2015, assumiu a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE). No mesmo ano, passou a presidir a 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça. De 2017 a 2019, exerceu a Presidência do TRE, saindo para assumir, em 2019, a função de vice-presidente do TJCE.

No comando do Judiciário cearense, Maria Nailde Pinheiro Nogueira vem atuando em dois eixos fundamentais: transformação digital e humanização para alcançar metas de produtividade e melhorias nos procedimentos administrativos, em paralelo às noções de empatia e ao cuidado com as partes envolvidas nos processos judiciais e com os servidores.

“A automação e a gestão aprimorada de processos de trabalho se tornam absolutamente imprescindíveis. Em tempos tão difíceis, porém, não podemos dispensar a necessidade de humanização do atendimento, visando ao acolhimento daqueles que mais necessitam de auxílio e apoio, com o objetivo de propiciar um Poder Judiciário efetivamente aberto e inclusivo para todos”, comentou a magistrada, durante a solenidade na qual foi empossada como presidente do TJCE.

A presença feminina nos quadros do Judiciário e a qualificação profissional para temas ligados à mulher também estão entre as prioridades da Administração, a exemplo da inauguração das novas instalações do **2º Juizado da Mulher de Fortaleza** e o lançamento do **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas no Judiciário**. Projeto de lei, de iniciativa do TJCE, encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado, em 2021, deu origem à lei nº 16.397, que autoriza a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Crato, Maracanaú e Sobral, ampliando a atuação do Judiciário nessa área. Atualmente, no interior, existe Juizado da Mulher em Juazeiro do Norte.

Em novembro de 2021, ao ser agraciada com a **Medalha Iracema**, concedida pela Prefeitura de Fortaleza em reconhecimento aos serviços prestados à coletividade, a presidente do Tribunal falou sobre a importância de continuar esse trabalho de incentivo à participação feminina no Judiciário estadual: “Espero que minha trajetória sirva de inspiração para que muitas outras mulheres adentrem nos quadros da magistratura, a qual exige um somatório de preparo intelectual aliado a um senso de escuta e disponibilidade, de modo a proporcionar decisões justas, contribuindo, assim, para uma sociedade menos desigual.”

Outro protagonismo vigente no Judiciário do Ceará é a Gestão da magistrada **Ana Cristina Esmeraldo, primeira juíza nomeada diretora do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB)**, iniciada em 2019, com o desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo à frente do TJCE. Antes, somente duas desembargadoras estiveram no comando do principal Fórum da maior Comarca do Estado: Auri Moura Costa e Águeda Passos. Além de ser pioneira como juíza a comandar o Fórum de Fortaleza, a magistrada

se tornou, em 2021, a **primeira mulher a ser reconduzida ao cargo**, na Gestão da desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira.

No que diz respeito ao trabalho junto ao público feminino, outro importante passo a ser registrado é a criação do **1º Juizado da Mulher de Fortaleza**, em 2007, um ano após a aprovação da Lei Maria da Penha, e que desde o seu início até os dias de hoje tem como titular a juíza **Fátima Maria Rosa Mendonça**, portanto, pioneira na função. Já o **Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira**, em Fortaleza, responsável por receber recursos de decisões proferidas pelos Juizados Especiais e criado na Gestão da presidente Águeda Passos, é dirigido pela juíza **Sirley Cíntia Pacheco Prudêncio**. O órgão já tem tradição no protagonismo feminino.

O TJCE conta ainda com uma atuante **Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar**, presidida pela desembargadora **Marlúcia de Araújo Bezerra**, que durante o 4º encontro com juízes que atuam em unidades que julgam processos da Lei Maria da Penha, em dezembro de 2021, esclareceu que os resultados alcançados, com aumento de produtividade, se devem “ao compromisso e à colaboração entre as diversas instituições e pessoas unidas com o mesmo objetivo: garantir direitos e erradicar a violência contra a mulher.”

2.2 Números em Evidência

Os exemplos de protagonismos femininos aqui registrados são apenas alguns destacados dentro de um universo, em expansão, que revelam a superfície de um processo muito mais profundo de conquistas de espaços no Judiciário estadual, reunindo inúmeras participações que consolidaram inegáveis avanços, especialmente neste século XXI. Os números ajudam a compreender como a participação das mulheres evoluiu ao longo do tempo.

Para efeito de base comparativa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres correspondiam, em 2019, a 52,2% (109,4 milhões) da população residente no Brasil. Ou seja, conforme os dados colhidos na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), pessoas do sexo feminino são pouco mais da metade dos brasileiros.

Outro estudo do IBGE, *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, mostra ainda que, também em 2019, 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no país, enquanto entre os homens o percentual foi 73,7%. Esse é um quadro mais ou menos geral da situação da mulher no Brasil, que pode oscilar em função de uma grande quantidade de variáveis, como renda familiar, educação, idade ou área de atuação, mas que apontam para discrepâncias na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho nacional.

No Judiciário, segundo levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado em 2019, as mulheres correspondem a 37,4% dos magistrados em atuação nos Tribunais estaduais de todo o Brasil. **Já no Ceará, em apenas 20 anos, a participação feminina entre desembargadores do Judiciário estadual aumentou significativos 300%.**

Em 2001, ao final da gestão da desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins, primeira mulher a presidir o Judiciário cearense, o Pleno do TJCE registrava quatro desembargadoras. Hoje são 16, a coincidir com a administração da

desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, que como já foi dito, é a terceira magistrada a presidir o Tribunal, em 148 anos.

No início do Século, ainda em 2001, Águeda Passos, Huguette Braquehais, Gizela Nunes da Costa e Maria Celeste Thomaz de Aragão representavam 17% da composição do Pleno (quatro de 23 cargos). Passadas duas décadas, as atuais 16 desembargadoras (que podem ser conferidas nos perfis desta edição) são 37% do total de 43 assentos no início de 2022, perfazendo crescimento de 19,8 pontos percentuais. São números que devem mudar em breve, porque a Lei nº 17.743, aprovada pela Assembleia Legislativa do Ceará, em 29 de outubro de 2021, de autoria do Judiciário, aumenta para 53 o número de desembargadores do TJCE, com o objetivo de continuar assegurando celeridade na tramitação dos processos.

Já no que diz respeito aos juízes na ativa, a participação proporcional feminina é parecida: de um total de 420 magistrados, em 2022, 151 são mulheres, aproximadamente 36%. Os índices, portanto, revelam que o Judiciário caminha em direção a um melhor equilíbrio de gênero, conquista que merece ser preservada e ampliada.

2.3 Ações de Incentivo na Atual Gestão

O aumento da participação feminina no Judiciário estadual é acompanhado por um conjunto de ações exclusivamente voltadas para esse público. Além do projeto de lei de autoria do TJCE que cria **Juizados da Mulher** em Maracanaú, Sobral e Crato, do já citado **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas no Judiciário** – que tem como objetivo a promoção de um ambiente organizacional mais favorável para a atuação das mulheres enquanto líderes e o desenvolvimento de competências de gestão – e da também já mencionada inauguração das novas instalações do **2º Juizado da Mulher de Fortaleza**, temos ainda uma série de iniciativas que contemplam o papel da Justiça na busca por uma igualdade de gênero, seja em seus quadros, seja na sociedade como um todo.

Entre as ações está a **Semana da Justiça pela Paz em Casa**, sob a supervisão da Coordenadoria Estadual da Mulher. A 18ª edição registrou aumento de 33% na produtividade de sentenças. Além do trabalho judicial desenvolvido, o evento, realizado desde 2015, promove ações interdisciplinares para dar apoio e visibilidade ao assunto, sensibilizando o conjunto da sociedade para a realidade violenta que tantas mulheres enfrentam.

Já a **Campanha Justiça pela Mulher – Cole essa Ideia**, elaborada para celebrar os 15 anos da Lei Maria da Penha, foi lançada no dia 1º de agosto de 2021, com ação durante o jogo entre Ceará e Fortaleza, na Arena Castelão, pelo Campeonato Brasileiro, quando os jogadores entraram em campo exibindo *banners* com uma mensagem clara: “Não deixe a violência doméstica entrar na sua casa. Denuncie!” A campanha educativa envolveu artistas cearenses e entidade parceiras, como a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor), para massificar a mensagem entre usuários do transporte público na Capital.

O Convênio com a Assembleia Legislativa, firmado em 2021, ampliou o projeto **“Bem-Me-Quero”**, que capacita, com cursos e palestras, vítimas de violência

doméstica, esposas de presos e egressas do sistema prisional. O trabalho merece especial destaque pela capacidade de ir além dos seus espaços institucionais de elaboração e aplicação das leis, reunindo dois Poderes, para oferecer esse instrumento de amparo social, econômico e psicológico a mulheres que vivem ou viveram situações de violência.

As campanhas do **Mês da Mulher, das Mães e do Outubro Rosa** mobilizaram servidores, magistrados e a sociedade junto às causas femininas. Sem esquecer a capacitação de profissionais para implantar o programa **“Proteção na Medida”**, realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar em conjunto com o setor privado e com a **Casa da Mulher Brasileira**.

É importante ressaltar, como consequência desse esforço permanente, os gratificantes resultados dos **Juizados da Mulher do TJCE, primeiro lugar no “Justiça em Números – 2021”**, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no quesito de baixas processuais.

Para garantir a promoção de medidas que assegurem a igualdade de gênero no ambiente institucional, foi instituído, também em 2021, o **Grupo de Trabalho para implantar e monitorar a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina** no Judiciário estadual, com a Portaria nº 1367. Cabe a essa equipe realizar, avaliar e divulgar diagnósticos acerca da participação feminina no Judiciário estadual, promover eventos para difundir a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina, além de fazer o acompanhamento quanto a efetividade das medidas voltadas à igualdade de gênero.

São iniciativas que mostram o Judiciário em sintonia com o seu tempo, visando o combate à violência de gênero, o incentivo à políticas de valorização da mulher, como parte indelével do programa traçado pela gestão do TJCE para o biênio 2021/2023, conforme o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que trata da igualdade de gênero.

3 MAGISTRADAS CEARENSES EM ATUAÇÃO



3.1 Desembargadoras



Francisca Adelineide Viana

Integrante da 2ª Câmara Criminal e do Órgão Especial

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

Meu trabalho me desperta profunda felicidade e plenitude, além de desmedida gratidão a Deus por me conceder essa vocação.

”



O exercício da magistratura é a realização de um sonho que venho cultivando desde minha infância, na esperança de poder contribuir, com o meu trabalho, para a construção de um mundo melhor e igualitário, em que prevaleçam a paz, a justiça e o bem comum.



Francisca Adelineide Viana

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), foi eleita no dia 7 de janeiro de 2011. Além de fazer parte da Seção Criminal, é representante do TJCE no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Ceará.

Ingressou na magistratura no dia 21 de janeiro de 1981, como juíza da Comarca de Guaraciaba do Norte. Também atuou em Milagres, Juazeiro do Norte, Brejo Santo e Fortaleza. Exerceu ainda as funções de juíza auxiliar da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua; coordenadora das Varas de Execução Penal, de Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes, Trânsito e do Júri; presidente da 6ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira; juíza eleitoral; presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; gestora de Metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) no Ceará; coordenadora do Grupo de Trabalho para implantação das audiências de custódia no Estado; supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF); e representante do Tribunal de Justiça na Presidência do Comitê de Governança do Programa “Tempo de Justiça”, iniciativa interinstitucional do Pacto por um Ceará Pacífico.

Joriza Magalhães Pinheiro

Integrante da 3ª Câmara de Direito Privado

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

Fazer parte do Judiciário representa a feliz oportunidade de servir na concretização da primeira necessidade social: a justiça.

”



Esse serviço, na condição de mulher, certamente é capaz de inspirar outras a ocuparem todos os espaços possíveis na sociedade.

Joriza Magalhães Pinheiro



HISTÓRICO

O Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) a elegeu como desembargadora no dia 4 de fevereiro de 2022. A posse ocorreu no dia 18 do mesmo mês, durante solenidade transmitida pela internet. Também faz parte da Seção de Direito Privado do TJCE.

O ingresso na magistratura se deu em 11 de março de 1994. Teve atuação nas Comarcas de Novo Oriente, Icó, Sobral, Aracati e Fortaleza. Trabalhou como juíza eleitoral; auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral (2008 e 2009); da 6ª Turma Recursal (2009 e 2011); do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, por dois biênios; e diretora da Escola Judiciária Eleitoral (2015 e 2017). De 2018 a 2021, a magistrada foi auxiliar da Vice-Presidência e depois da Presidência do TJCE, ficando responsável pela articulação interna. Antes de tomar posse como desembargadora, era titular da 9ª Vara da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua, que tem competência para julgar processos envolvendo saúde pública.

Lígia Andrade de Alencar Magalhães

Integrante da 1ª Câmara Criminal e do Órgão Especial

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

Comecei a trabalhar como escrevente, convivendo com grandes magistradas, como as desembargadoras Águeda Passos e Gizela Nunes da Costa. Isso fez despertar em mim a vontade de seguir essa carreira. Escolha que, hoje, sei que foi certa, pois me sinto realizada.

”



Fazer parte do Poder Judiciário é uma grande honra, tanto para a mulher quanto para o homem. Mas, para a mulher, o desafio é dobrado. Principalmente, dentro da cultura machista em que vivemos.

Lígia Andrade de Alencar Magalhães



HISTÓRICO

É desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 21 de maio de 2015, e compõe a Seção Criminal. Atua ainda como presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai/CE).

Ingressou na magistratura no dia 19 de janeiro de 1987, como juíza da Comarca de Coreaú. Também trabalhou em Tauá e Maranguape. Já em Fortaleza, passou pelas 1ª e 2ª Varas de Delitos de Tráfico e Substâncias Entorpecentes; 3ª, 6ª, 10ª, 14ª e 16ª Varas Criminais; 2ª e 4ª Varas do Júri; 1ª, 2ª e 6ª Varas de Execução Fiscal e Crimes contra a Ordem Tributária; Vara da Auditoria Militar; e 1ª Vara de Falências e Concordatas. A desembargadora foi presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE.

Lira Ramos de Oliveira

Presidente da 3ª Câmara de Direito Privado

Naturalidade: São João do Jaguaribe – CE



“

Empoderamento feminino no Judiciário cearense, contribuindo para fortalecer a equidade de gênero, considerando a cultura machista.

”



Antes da magistratura tive uma vida de renúncias. Mesmo trabalhando, dediquei-me arduamente aos estudos, em busca da realização do sonho profissional. Hoje, meu sentimento é de gratidão e satisfação por ser vocacionada ao mister da magistratura.



Lira Ramos de Oliveira

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), foi eleita no dia 21 de maio de 2015. Além de fazer parte da Seção de Direito Privado, integra a Comissão de Segurança do Poder Judiciário cearense.

Ingressou na magistratura em 31 de março de 1992, como juíza da Comarca de Coreaú. Também teve atuação em Tauá, Parambu, Canindé, Aiuaba e Fortaleza. Nessa última, foi magistrada de Juizados Especiais (1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 9º e 20º), da 3ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira, além de Varas Criminais (1ª, 7ª e 13ª) e Varas Cíveis (19ª, 20ª, 24ª e 25ª) do Fórum Clóvis Beviláqua.

Lisete de Sousa Gadelha

Integrante da 1ª Câmara de Direito Público

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

*Justiça e Paz Social.
Dever cumprido.*

”



Fazer parte do Judiciário representa sensibilidade. Reconhecer que o outro precisa ser ouvido e, na medida do possível, solucionar o que o angustia.

Lisete de Sousa Gadelha



HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sendo eleita no dia 26 de julho de 2013. É integrante da Seção de Direito Público; membro suplente do Conselho da Magistratura (2021/2023); presidente da Comissão Especial de Avaliação e Alienação de Bens Imóveis do TJCE (2021/2023); e presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público para provimentos de cargos do Poder Judiciário do Ceará.

Ingressou na magistratura em 1º de setembro de 1986, como juíza da Comarca de Solonópole. Trabalhou em São Benedito e Itapajé, sendo promovida para Fortaleza em 1993. Foi auxiliar junto à Comissão de Adoção Internacional (Cejai) e integrante da 4ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira.

Maria das Graças Almeida de Quental

Integrante da 2ª Câmara de Direito Privado

Naturalidade: Uruoca - CE



“

*Amor, respeito e
responsabilidade.*

”



Fazer parte do Judiciário é uma realização profissional por levar felicidade e esperança aos necessitados de justiça. Ser protagonista na edificação da ordem democrática de um Estado de Direito, trabalhando com humanidade.

Maria das Graças Almeida de Quental



HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 12 de agosto de 2021. Também é membro da Seção de Direito Privado.

Ingressou na magistratura em 29 de dezembro de 1987. Como juíza, teve atuação nas Comarcas Tabuleiro do Norte, Senador Pompeu e Canindé. Já em Fortaleza, assumiu a titularidade do 17º Juizado Especial e da Vara de Penas e Medidas Alternativas. Foi a magistrada responsável pela implantação das Centrais de Penas Alternativas na Grande Fortaleza, com destaque para Caucaia e Maracanaú. Além disso, presidiu o Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Ceará, do Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período de 2009 a 2016.

Maria de Fátima de Melo Loureiro

Integrante da 2ª Câmara de Direito Privado

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

*Compromisso com o jurisdicionado.
São vidas que aguardam por uma
solução que depende da nossa pres-
teza.*

”



Fazer parte do Judiciário como mulher e como desembargadora é, sem dúvida, o corolário de minha carreira. Principalmente, por ter ascendido pelo critério de merecimento, como reconhecimento ao trabalho e compromisso com a Justiça.



Maria de Fátima de Melo Loureiro

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 15 de outubro de 2014. Além de membro da Seção de Direito Privado é suplente da Comissão de Informática e do Conselho Editorial e de Biblioteca.

Ingressou na magistratura no dia 1º de setembro de 1986, nomeada juíza da Comarca de Alto Santo. Depois, foi promovida, por merecimento, para Boa Viagem. Pelo critério de antiguidade, foi para a 1ª Vara de Nova Russas. Também por antiguidade, foi promovida para Fortaleza, onde atuou na 1ª Vara de Registros Públicos e na 4ª Vara de Trânsito (transformada posteriormente na 18ª Vara de Família).

Maria do Livramento Alves Magalhães

Integrante da 4ª Câmara de Direito Privado

Naturalidade: Granja - CE



“

*Realizada na minha atuação
jurisdicional ao ver os frutos
positivos em prol da sociedade.*

”



Eu me sinto completamente realizada por ter superado todas as barreiras de preconceito como mulher e ter consolidado minha carreira de 34 anos no Judiciário, sempre com muito trabalho, dedicação e merecedora de respeito.



Maria do Livramento Alves Magalhães

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tomou posse e assumiu as funções no dia 30 de janeiro de 2020. Atualmente, compõe a Seção de Direito Privado e está como suplente do Conselho da Magistratura.

Ingressou na magistratura no dia 5 de novembro de 1987. Teve atuação nas Comarcas de Cariré, Cedro, Baturité e Fortaleza. A partir de fevereiro de 1996, pelo critério de merecimento, foi promovida para a titularidade do 19º Juizado Especial Cível e Criminal, no bairro Serrinha. Respondeu pelos 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 13º, 14º, 17º, 18º e 20º Juizados de Fortaleza. Além disso, atuou como juíza convocada do TJCE, na 3ª Câmara de Direito Público.

Maria Edna Martins

Presidente da 1ª Câmara Criminal

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

O trabalho me transformou como pessoa, ensinou-me sobre minhas forças e limitações, alterou a visão que tinha do mundo.

”



Sendo as mulheres a maioria da força de trabalho no Judiciário cearense, apesar de que no Tribunal somos apenas 16, é muito gratificante e do qual tenho muito orgulho de fazer parte.

Maria Edna Martins



HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 14 de novembro de 2013. Também faz parte do Órgão Especial, do Conselho Editorial, da Seção Criminal e do Conselho Superior da Magistratura.

Ingressou na magistratura em 27 de julho de 1984, como juíza da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Teve atuação também em Redenção, Crato, Maranguape e Fortaleza. No TJCE, foi ouvidora e supervisionou o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF).

Maria Iracema Martins do Vale

Presidente da 3ª Câmara de Direito Público
Ex-presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (2015/2017)

Naturalidade: Fortaleza - CE



“

Sentimento de extrema responsabilidade, pois todas as decisões tomadas por um julgador produzem consequências na vida dos jurisdicionados e da sociedade como um todo.

”



Ser membro do Judiciário é motivo de orgulho. A cada dia, a mulher vem conquistando espaços e ocupando postos relevantes no Poder Judiciário. Fui a segunda mulher a presidir o TJCE e pude vivenciar de perto a ascensão feminina na magistratura e nos cargos públicos, como servidora da Corte.



Maria Iracema Martins do Vale

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 28 de outubro de 2005. Atualmente, compõe o Órgão Especial e a Seção de Direito Público.

Ingressou no TJCE pelo quinto constitucional, em vaga destinada ao Ministério Público do Ceará. Antes, foi promotora de Justiça (1982), sendo promovida, pelo critério de merecimento, à procuradora de Justiça (1997). No TJCE, integrou a 1ª Câmara Cível e a 4ª Câmara Cível, foi ouvidora (2007 a 2009), membro do Conselho Superior da Magistratura (2009 a 2011) e presidente do Tribunal (2015/2017). Também exerceu os cargos de vice-presidente/corregedora e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (2011 a 2015). No Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atuou como conselheira (2017 a 2019), tendo presidido o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (2018); ouvidora-geral (2018 a 2019) e juíza auxiliar da Presidência do CNJ (2019 a 2020).

Maria Iraneide Moura Silva

Presidente da 2ª Câmara de Direito Público

Naturalidade: Sobral – CE



“

Satisfação e felicidade por ter tido a oportunidade de servir à sociedade, ofertando o melhor possível do trabalho que amo fazer.

”



Assumir a magistratura foi desafiador e gratificante. Primeiro, o bom desempenho profissional teria que ser realizado concomitante com as tarefas de mãe e a administração doméstica. Gratificante, pela oportunidade de servir à sociedade fazendo o que me apraz.

Maria Iraneide Moura Silva



HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará, eleita no dia 11 de julho de 2011. Compõe a Seção de Direito Público e preside o Núcleo Socioambiental e a Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

Ingressou na magistratura em 2 de setembro de 1986. Como juíza, teve atuação nas Comarcas de Pereiro, Coreaú, Independência, Pentecoste e Baturité. Em Fortaleza, foi titular dos 15º e 16º Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (2021/2023)

Naturalidade: Aurora – CE



“

Meu maior sentimento é o de bem servir à nossa sociedade, proferindo decisões que sejam resolutivas aos que procuram a Justiça em busca de solução para os seus litígios.

”



No exercício da Presidência do TJCE, tenho a honra de ser a terceira mulher a ocupar o cargo na história do Judiciário cearense e isso muito me enobrece. Após 35 anos de exercício na magistratura, percebo o quanto as mulheres ampliaram sua participação em nossa instituição. Sinto-me imensamente abençoada por integrar o Poder Judiciário cearense, consciente de meus deveres e sempre buscando ofertar uma prestação jurisdicional de qualidade.



Maria Nailde Pinheiro Nogueira

HISTÓRICO

Desembargadora do TJCE, eleita pelo critério de merecimento no dia 23 de abril de 2009. Atualmente, também preside o Pleno, o Órgão Especial e o Conselho Superior da Magistratura.

Ingressou na magistratura em 1986, na condição de juíza substituta, na Comarca de Marco (1986/1989). Promovida ao cargo de juíza titular trabalhou em Jucás (1989/1991) e Icó (1991/1992). Respondeu também pelos atos realizados em Acaraú, Santana do Acaraú, Saboeiro e Orós. Em 1992, foi promovida para a Comarca de Fortaleza, onde exerceu atividades como titular da 11ª Vara Criminal e, em seguida, da 1ª Vara de Delitos de Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes. Posteriormente, assumiu a 20ª Vara de Família e Sucessões, transformada em 4ª Vara de Sucessões (1995/2009). Também integrou a 6ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira (2000/2004). Atuou como juíza do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE), na condição de suplente (2004) e como membro efetivo por dois biênios (2004/2006 e 2007/2009). É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2003) e autora do livro “O Direito Sucessório do Cônjuge e do Companheiro”. Como desembargadora, assumiu a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional do TRE/CE (2015/2017). Após, exerceu o cargo de presidente da Corte Eleitoral (2017/2019). No TJCE, presidiu a 2ª Câmara de Direito Público (2016/2019); supervisionou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec); foi vice-presidente do Tribunal (2019/2021) e supervisora do Núcleo de Auxílio à Produtividade (NAP) e do Núcleo de Qualificação do Acervo (NQA), além de presidente da Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep).

Maria Vilauba Fausto Lopes

Integrante da 3ª Câmara de Direito Privado

Naturalidade: Icó – CE



“

Ao longo dessa jornada, mantenho íntegros dois sentimentos, o amor e o respeito, que sustentam meu caminhar, pelo que tenho como mais sagrado: o meu trabalho, o meu sentir juíza.

”



Sinto-me uma mulher abençoada com o meu trabalho que, apesar de tantas adversidades vividas, ainda me deu de presente conhecer mulheres e homens extraordinários – imperfeitos –, mas alguns quase que iluminados pelo dever de fazer a justiça.



Maria Vilauba Fausto Lopes

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 29 de junho de 2012. Compõe a Seção de Direito Privado e coordena a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e o Núcleo do Depoimento Especial (Nudepe).

Ingressou na magistratura no dia 27 de novembro de 1987, na Comarca de Tamboril, sendo a primeira juíza titular da unidade. Teve atuação, ainda, em Crateús, Nova Russas, Ipaporanga, Monsenhor Tabosa, Santa Quitéria, Independência, Ipueiras, Ipu, Novo Oriente, Baturité, Maranguape, Maracanaú, Pacajus, Mulungu, Pacoti e Itapiúna. Enquanto juíza zonal, instalou a Comarca de Capistrano. Também passou por Tauá, Parambu, Quiterianópolis, Boa Viagem, Canindé e Fortaleza. Foi nomeada para a 5ª Vara da Fazenda Pública, sendo a primeira mulher a ocupar a jurisdição fazendária. Após ser eleita desembargadora, integrou a 6ª Câmara Cível que, posteriormente, com as mudanças regimentais, foi transformada na 3ª Câmara de Direito Privado, da qual faz parte até hoje e foi presidente (2019 a 2020). Fez parte do Órgão Especial (2017/2018 e 2019/2020). Em funções administrativas, exerceu o cargo de presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai/CE)

Marlúcia de Araújo Bezerra

Integrante da 3ª Câmara Criminal

Naturalidade: Pacajus – CE



“

*O Direito desperta o sentimento de
responsabilidade social e cuidado
com o próximo.*

”



A árdua e incessante luta pela emancipação feminina em todos os níveis e aspectos da vida social nos impõe, como magistradas, o dever de bem avaliar e decidir, com critério de equidade, as causas que dizem respeito a essa temática.



Marlúcia de Araújo Bezerra

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 13 de julho de 2018. Faz parte da Seção Criminal e preside a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE.

Ingressou na magistratura em 27 de junho de 1984. Como juíza, teve atuação na Comarca de Tabuleiro do Norte e Aquiraz, além do 2º Juizado Especial de Fortaleza. Foi a primeira titular da Vara de Audiências de Custódia, implantada em 21 de agosto de 2015, após a transformação da 17ª Vara Criminal de Fortaleza, onde estava desde 8 de fevereiro de 1996. A magistrada também trabalhou em Turmas Recursais do Fórum Professor Dolor Barreira, em Varas Criminais e de Penas Alternativas. Como juíza convocada do TJCE, fez parte da 3ª Câmara de Direito Privado. Como desembargadora, supervisionou o Movimento de Apoio ao Sistema Prisional de Réus Multidenunciados (Masp), que consiste na concentração de esforços para julgar processos de acusados que respondem a várias ações criminais na Comarca de Fortaleza.

Tereze Neumann Duarte Chaves

Integrante da 2ª Câmara de Direito Público

Naturalidade: Fortaleza – CE



“

Desafio em busca do aprimoramento da prestação jurisdicional.

”



Integrar o Poder Judiciário representa a possibilidade de exercer, de forma vocacionada, as relevantes funções jurisdicionais.

Tereze Neumann Duarte Chaves



HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 29 de maio de 2014. Atualmente, compõe o Órgão Especial e a Seção de Direito Público. É também ouvidora-geral do Poder Judiciário, além de estar como suplente da Comissão de Jurisprudência.

Ingressou na magistratura em 1986, como juíza Comarca de Trairi. Teve atuação nas Comarcas de Viçosa do Ceará e Canindé. Em 1994, foi promovida para a Vara de Processos de Conflitos Fundiários do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. Também atuou como titular da 16ª Vara Cível. Em 1995, tornou-se titular da 3ª Vara de Falências e Concordatas, transformada, em 1999, em 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências. Já como desembargadora, supervisionou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE.

Vera Lúcia Correia Lima

Presidente de Seção de Direito Privado

Naturalidade: Caucaia – CE



“

Cabe-me exaurir, e assim tenho feito, todos os recursos e possibilidades postos à disposição pelo Ordenamento Jurídico, para concorrer com efetividade e eficiência para a consecução da Paz Social.

”



Os vetores que determinam a participação da mulher na missão relevantíssima da prestação jurisdicional são exatamente aqueles que se podem esperar da diversidade própria do ser humano, cada qual integrando seu lugar de acordo com o gênero a que pertença, todos concorrendo com seus atributos e carismas em prol da concretização do bem comum.



Vera Lúcia Correia Lima

HISTÓRICO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), eleita no dia 25 de junho de 2009, em vaga do quinto constitucional reservada ao Ministério Público do Estado (MPCE). É integrante da 1ª Câmara de Direito Privado e da Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugepe); representante do Judiciário cearense, como suplente, no Conselho Estadual de Acesso à Informação (2021/2023); e membro da Academia de Letras e Artes de Caucaia.

No MPCE, foi vice-procuradora-geral de Justiça em duas Gestões; 1ª procuradora de Justiça com ofício perante as Câmaras Criminais Isoladas e Reunidas do TJCE; coordenadora do Núcleo de Recursos Criminais (Nucrim) e do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (Nege); e promotora de Justiça das Comarcas de Pentecoste, Ipueiras, Caucaia e Fortaleza. Já como desembargadora, exerceu o cargo de presidente da 1ª Câmara de Direito Público do TJCE.

3.2 Juízas



Adriana Aguiar Magalhães

Titular da 5ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Devido à experiência de 27 anos de atividade judicante, acrescento que, para a mulher que assume outros papéis na sociedade, como o de esposa e mãe, a magistratura é mais desafiadora, superando diversos obstáculos com sabedoria, habilidade e firmeza, com um toque de sensibilidade às suas decisões.



HISTÓRICO

Ingressou no Judiciário do Ceará no dia 13 de agosto de 1991. Teve atuação nas Comarcas de Santana do Acaraú e Nova Russas. Em Fortaleza, está à frente da 5ª Vara Criminal desde 2015.

Adriana da Cruz Dantas

Titular da Vara de Audiências de Custódia de Fortaleza

Naturalidade: Natal – RN



Poder exercer, com idoneidade, zelo e imparcialidade, as atividades atinentes ao cargo que ocupo, buscando sempre o aprimoramento na prestação jurisdicional, à qual, alinhada à representatividade feminina, retrata satisfação e entusiasmo em fazer parte do Judiciário cearense.



HISTÓRICO

O ingresso na magistratura estadual ocorreu em 8 de setembro de 1994. Exerceu as atividades de juíza nas Comarcas de Hidrolândia, Sobral e Tianguá, antes de chegar a Fortaleza.

Alda Maria Holanda Leite

Titular da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza

Naturalidade: São Paulo – SP



Sou muito feliz nesta carreira, e mais ainda por exercer a magistratura na área que mais amo! Espero em Deus, poder, a cada dia, atuar com lisura, empenho e amor na busca de uma família para os nossos brasileiros e brasileiras.



HISTÓRICO

Entrou para a magistratura cearense no dia 5 de abril de 1993, em São Luís do Curu, sendo a primeira juíza da unidade e responsável pela instalação da Comarca. Atuou também em Aurora, Acopiara e Maracanaú, além de desempenhar funções eleitorais. No início de 2007, já em Fortaleza, foi para a 3ª Vara da Infância.

Alexsandra Lacerda Batista Brito

Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões de Juazeiro do Norte

Naturalidade: Juazeiro do Norte – CE



Sempre foi um sonho desde ainda criança poder ser meio de distribuição de justiça. É um espaço amplo para quem quer servir bem ao jurisdicionado.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça cearense desde 22 de novembro de 2007. Passou pelas Comarcas de Poranga, Baixio, Jardim e Barbalha.

Amaiara Cisne Gomes

Titular da Vara Única de Reriutaba

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Poder Judiciário, como juíza de Direito, além de grande honra e alegria, representa a quebra de paradigmas, transformando uma carreira composta, eminentemente, por homens em um espaço de representatividade feminina.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura do Estado do Ceará, foi nomeada em 15 de outubro de 2021, para a Comarca de Reriutaba.

Ana Carolina Montenegro Cavalcanti

Titular da 2ª Vara Cível de Barbalha
Coordenadora do Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci)

Naturalidade: João Pessoa – PB



Fazer parte do Poder Judiciário é concretizar o equilíbrio das relações sociais através de uma atividade profissional que exige retidão, respeitabilidade e dignidade. É uma honra e um grande dever.



HISTÓRICO

Começou a carreira em 4 de julho de 2013, na Comarca de Jati. Também atuou em Iguatu. Foi diretora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Iguatu de 2015 a 2017 e, novamente, em 2019. É coordenadora do Nupaci desde maio de 2021.

Ana Célia Pinho Carneiro

Juíza do 1º Juizado Auxiliar da 3ª Zona Judiciária

Naturalidade: Quixeramobim – CE



Honra, orgulho e a possibilidade de inserir representatividade feminina no Poder Judiciário, tão masculinamente estigmatizado.



HISTÓRICO

Exerce a magistratura desde 10 de setembro de 2009, na Comarca de Apuiarés. Atuou, ainda, em Parambu, Tauá, Aiuaba, Mombaça, Pedra Branca, Senador Pompeu, Solonópole, Piquet Carneiro, Quixeramobim, Banabuiú e Choró. Desde a posse, trabalha como juíza eleitoral.

Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro

Titular da 1ª Vara de Acaraú

Naturalidade: Fortaleza – CE



Poder fazer a diferença positiva na vida das pessoas com sensibilidade, empatia e resiliência. Tentar distribuir um pouco de justiça. A magistratura, para mim, é a mais bela das profissões. É esperar, construir e nunca desistir.



HISTÓRICO

Ingressou no Judiciário estadual em 18 de junho de 2003. Teve atuação nas Comarcas de Catarina, Tabuleiro do Norte e Aracati.

Ana Cláudia Gomes de Melo

Titular da 2ª Vara de São Gonçalo do Amarante

Naturalidade: Natal – RN



Nós, mulheres, somos capazes de exercer qualquer função, apesar do preconceito e do machismo que ainda permeiam as relações profissionais. Como magistrada, pauto minha atuação pela busca e estabelecimento de ações afirmativas e inclusivas, que visam diminuir as distâncias sociais frutos da exclusão e do preconceito.



HISTÓRICO

É juíza desde 18 de janeiro de 2007, quando entrou na magistratura do Ceará. De lá para cá, atuou nas Comarcas de São Luís do Curu, Quixadá e Ibaretama.

Ana Cleyde Viana de Souza

**Titular da 14ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza
Coordenadora das Varas da Fazenda Pública, de Recuperação de Empresas e
Falências, Execução Fiscal e Registros Públicos de Fortaleza**

Naturalidade: Teresina – PI



O trânsito em espaços historicamente ocupados por homens ainda é difícil, pois a estrutura patriarcal justifica a ascensão de um gênero a outro. Gosto de uma frase de Simone de Beauvoir, que diz 'o presente não é um passado em potência, ele é o momento da escolha e da ação'. Portanto, procuro fazer a diferença hoje!



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense em 21 de setembro de 1994. Teve atuação nas Comarcas de Forquilha, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Uruburetama, Eusébio e, atualmente, está na 14ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza.

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo

Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua

Titular da 3ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser mulher exige postura vigilante na afirmação de ser detentora de direitos iguais. E ser juíza representa a consolidação e o exercício dessa afirmação, permitindo, além da representação do gênero, a atuação determinante para a busca da equidade.



HISTÓRICO

Ingressou na Justiça do Ceará em 21 de setembro de 1994. Passou pelas Comarcas de Aracoiaba, Crato e Pacajus. Chegou a Fortaleza no ano de 2009, atuando como juíza auxiliar e titular de outras unidades. Desde setembro de 2016, faz parte da Turma Recursal. Em cargos administrativos, coordenou o Grupo de Descongestionamento e fez parte do Grupo de Trabalho de Sistemas de Gestão Processual e da Comissão do Processo Eletrônico. Também foi juíza auxiliar da Vice-Presidência do TJCE, distribuidora do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) e diretora do Fórum das Turmas Recursais. Desde 4 de fevereiro de 2019, é diretora do FCB, tendo sido reconduzida ao cargo em 2021.

Ana Izabel de Andrade Lima Pontes

Titular da 2ª Vara Cível de Maranguape

Naturalidade: Fortaleza – CE



Busco trazer para o ambiente de trabalho a harmonia, conciliando a imprescindibilidade da produtividade, com o reconhecimento da humanidade, com todas as complexidades imanentes das pessoas e responsável pelo bom andamento da nossa máquina judiciária.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 7 de março de 2008. Teve atuação nas Comarcas de Amontada, Palmácia e Guaiúba.

Ana Kayrena da Silva Freitas

Titular da 8ª Vara Cível de Fortaleza
Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflitos (Nupemec)

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário como magistrada e mulher representa uma oportunidade de ampliar a representatividade feminina no poder e projetar a nossa competência perante o sistema de Justiça, contribuindo para a sua consolidação como meio eficiente de garantir direitos e resolver conflitos no alcance da pacificação social.



HISTÓRICO

Ao ingressar na magistratura, em 16 de fevereiro de 2007, foi nomeada para a Comarca de Frecheirinha. Atuou em Acarape, Mucambo, Pacujá, Tianguá, Aracati, Cascavel e Pindoretama. Desde 2015, atua em Fortaleza. Também é juíza auxiliar do Núcleo de Produtividade Remota (NPR) desde a criação, no ano de 2019.

Ana Luíza Craveiro Barreira

Titular da 9ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário cearense é a realização de uma meta pessoal; um desafio diário e, principalmente, a oportunidade de fazer a diferença na vida dos jurisdicionados, exercendo o meu mister com ética e julgamentos íntegros.



HISTÓRICO

É magistrada desde 19 de maio de 1993, assumindo a Comarca de Bela Cruz. Também atuou em Trairi, Sobral e Cascavel.

Ana Paula Feitosa Oliveira

Juíza do 5º Juizado Auxiliar das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



A participação feminina no Poder Judiciário é fundamental para a democracia, pois agrega novos olhares e perspectivas nas decisões judiciais.



HISTÓRICO

Assumi a magistratura em 16 de agosto de 2001. Teve atuação nas Comarcas de Itatira, Ipueiras, Meruoca, Ipu, Tianguá, Quixadá e Fortaleza, onde está como juíza auxiliar.

Ana Raquel Colares dos Santos

Titular da 26ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



A participação feminina em cargos políticos decorre de uma longa e contínua conquista. Muito há ainda a se conquistar, inclusive nos tribunais.



HISTÓRICO

Passou a fazer parte do Judiciário cearense no dia 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Hidrolândia, Parambu, Missão Velha e Juazeiro do Norte.

Andréa Mendes Bezerra Delfino

Titular da 6ª Vara de Execução Fiscal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sinto-me extremamente honrada em fazer parte desse seleto grupo de mulheres competentes, altruístas e determinadas!



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual no dia 5 de abril de 1993. Atuou nas Comarcas de Cariré, Itapajé, Sobral e Maracanaú. Em Fortaleza, está há 12 anos na 6ª Vara de Execução Fiscal.

Andréa Pimenta Freitas Pinto

Titular da 1ª Vara Cível de Maracanaú

Naturalidade: Fortaleza – CE



Tenho grande satisfação de pertencer ao Poder Judiciário, pois ser magistrada representa a oportunidade de fazer a diferença na vida do jurisdicionado, na busca da pacificação social, sempre com honestidade, serenidade, equilíbrio e responsabilidade.



HISTÓRICO

É magistrada desde 21 de dezembro de 2001. Teve atuação em Itarema, Paraipaba, Aratuba, Tamboril e Camocim. Também já foi juíza eleitoral.

Anna Carolina Freitas de Souza Feitosa

Titular da Vara Única de Uruburetama

Naturalidade: Feira de Santana – BA



É motivo de orgulho ser mulher, mãe e juíza! Cada vez mais vemos a importância e a necessidade de que mulheres possam ocupar cargos de direção e de alta complexidade. Nós somos multifuncionais, sempre com o olhar atento ao jurisdicionado e buscando compreender as dores do outro!



HISTÓRICO

Ingressou no Judiciário do Ceará em 25 de fevereiro de 2016. Atuou nas Comarcas de Aiuaba e Umirim.

Anna Karolina Cordeiro de Araújo Carvalho

Titular da Vara Única de Ubajara

Naturalidade: Maceió – AL



Numa carreira cujos integrantes ainda são predominantemente homens, ser juíza representa a força, coragem e perseverança da mulher brasileira.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual no dia 26 de fevereiro de 2016. Antes de chegar à Comarca de Ubajara, desempenhou as atividades de juíza em Uruoca.

Anne Caroline Fernandes Duarte

Titular da 2ª Vara Cível de Morada Nova

Naturalidade: João Pessoa – PB



Ser mulher e fazer parte do Judiciário é um orgulho para mim por ser algo que, até bem pouco tempo, era exclusivo do universo masculino.



HISTÓRICO

O ingresso na carreira de magistrada ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2016. A juíza exerceu o cargo na Comarca de Saboeiro, antes de atuar em Morada Nova.

Antônia Dilce Rodrigues Feijão

Titular da 36ª Vara Cível de Fortaleza
Coordenadora do Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT/JUS) / Comitê da Saúde

Naturalidade: Santa Quitéria – CE



Significa um espaço para mostrar que o trabalho pode ser desenvolvido independentemente do gênero, mas a alma feminina traz um perfil mais humanizado no dia a dia de nossas atividades.



HISTÓRICO

É juíza estadual desde 30 de janeiro de 1998. Trabalhou nas Comarcas de Catarina, Madalena, Cruz, Barro e Tianguá, entre outras unidades. É coordenadora do NAT/Jus e do Comitê da Saúde do Ceará.

Antonia Neuma Mota Moreira Dias

Titular da 20ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Tauá – CE



Saí de uma empresa pública federal, na qual auferia rendimentos muito superiores aos subsídios da magistratura do meu Estado naquela época e desfrutava das benesses do cargo que ocupava para a concretização de um ideal maior: a realização da justiça!



HISTÓRICO

Ingressou na Justiça do Ceará no dia 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Paraipaba, Massapê, Russas, Pacatuba, Guaiuba, Itaitinga, Pentecoste, Senador Sá e Palhano.

Ariana Cristina de Freitas

Titular da 2ª Vara Cível de Quixadá

Naturalidade: Itaúna – MG



Fazer parte do Judiciário representa exercer a cidadania de forma plena, com o olhar aguçado e perspicaz de uma mulher, revelando-se na solução de conflitos e conciliação entre as partes, trazendo segurança jurídica e efetividade das decisões.



HISTÓRICO

Magistrada desde julho de 2013, começou a trajetória em Tamboril. Atuou também na Comarca de Paraipaba. Em 2016, foi promovida para Quixadá e está auxiliando a 2ª Vara Cível de Aquiraz.

Bruna dos Santos Costa Rodrigues

Titular da 1ª Vara de Pacatuba
Juíza auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral

Naturalidade: São Paulo – SP



Acredito na necessidade de sermos uma Justiça plural, a fim de corresponder à característica do nosso povo. Sou grata a Deus, porque em vários aspectos represento esta pluralidade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 25 de fevereiro de 2016, na Vara Única da Comarca de Graça. Também atuou em Paracuru. Atualmente, é juíza auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral.

Candice Arruda Vasconcelos

Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Maracanaú

Naturalidade: Teresina – PI



Fazer parte do Judiciário representa uma oportunidade de ressaltar o papel da mulher na área jurídica e na sociedade cearense.



HISTÓRICO

Passou a fazer parte da Justiça do Ceará em 27 de março de 2008. Teve atuação nas Comarcas de Cariús, Marco, Crateús, Granja e Ubajara.

Carla Susiany Alves de Moura

Juíza do 5º Juizado Auxiliar das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas; e da Auditoria Militar de Fortaleza

Naturalidade: Teresina – PI



Tenho imensa honra em fazer parte do Judiciário cearense, no qual diariamente cresço pessoal e profissionalmente.



HISTÓRICO

Tornou-se juíza estadual em 9 de agosto de 2001. Nesse período, atuou nas Comarcas de Quixelô, Mucambo, Jaguaratama, Crateús, Massapê e Maracanaú.

Carliete Roque Gonçalves Palácio

Titular da 1ª Vara Cível de Tauá

Naturalidade: Iguatu - CE



Ser mulher e integrar o Judiciário cearense é ser um símbolo de força e igualdade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense no dia 25 de fevereiro de 2016. Exerceu a função nas Comarcas de Assaré e Brejo Santo. Foi juíza eleitoral, participou do Grupo de Descongestionamento do Interior (2017 e 2018) e do Núcleo de Produtividade Remota (2020 e 2021).

Carolina Vilela Chaves Marcolino

Titular da 1ª Vara de Mombaça

Naturalidade: Belo Horizonte – MG



Integrar o Poder Judiciário cearense é uma conquista pessoal e, também, uma conquista de todas as mulheres, as quais represento diariamente no exercício da magistratura, revelando à sociedade a importância da presença feminina em todas as esferas de poder.



HISTÓRICO

Ingressou na carreira em 25 de fevereiro de 2016, na Vara Única de Hidrolândia. É diretora do Fórum de Mombaça, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca e juíza eleitoral. Atuou, ainda, em Tamboril, Ipu, Santa Quitéria, Piquet Carneiro e Ibicuitinga. Participou do Grupo de Trabalho do Programa Cientista-Chefe do TJCE.

Christianne Braga Magalhães Cabral

Juíza do 3º Juizado Auxiliar das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas; e da Auditoria Militar de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário é uma grande responsabilidade e, sobretudo, desafio em atuar com firmeza e sensibilidade.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça do Ceará desde 20 de maio de 1999, quando iniciou a carreira de magistrada na Comarca de Meruoca. Também teve atuação em Mauriti e Juazeiro do Norte.

Cláudia Waleska Mattos Mascarenhas

Titular da 2ª Vara de Itapajé

Naturalidade: Pacoti – CE



Realizar o Estado Democrático de Direito de forma a aplicar as leis e os princípios em prol de se fazer justiça é desafiador e, para uma mulher, paira a sensação de ter que provar, diariamente, que se tem determinação, conhecimento e coragem de enfrentar os desafios.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura do Estado em 6 de dezembro de 2012. Teve atuação na Comarca de Marco, antes de chegar à unidade atual.

Cleide Alves de Aguiar

Titular da 1ª Vara de Sucessões de Fortaleza

Naturalidade: Sobral – CE



Fazer parte do Judiciário, para mim, representa o símbolo da força da mulher que luta para resolver os conflitos demandados pelos homens de forma equilibrada.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde o dia 11 de novembro de 1987. Teve atuação nas Comarcas de Guaraciaba do Norte, Mauriti, Viçosa do Ceará e Canindé.

Cleiriane Lima Frota

Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ao vislumbre de retrovisor do percurso profissional e como magistrada atendida neste contexto planetário transformacional, a serenidade consabida de que ser mulher já potencializa trazer em si a carga axiológica necessária para programar o futuro para além de 2030.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 18 de janeiro de 2007, na Comarca de Paraipaba. Teve atuação, ainda, em Frecheirinha e Tianguá.

Cristiane Maria Castelo Branco Machado Ramos

Titular da Vara Única Criminal de Morada Nova

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser magistrada é um sonho de infância. É a oportunidade ímpar de transformar a vida de pessoas, levando aos seus lares e corações sentimentos de acolhimento, socorro, justiça e paz. É ter um olhar mais humanizado dentro do Poder Judiciário. É uma honra e uma grande responsabilidade!



HISTÓRICO

No dia 6 de dezembro de 2012, assumiu a magistratura como juíza da Comarca de Barreira. Passou também por Aracati e, desde 2020, está na Comarca atual.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria

Titular da 10ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Meu sentimento é de prazer e gratidão no exercício da minha profissão, em que busco aplicar a Justiça de forma correta e célere. Desejo que meu sentimento, no exercício profissional, seja compartilhado com todas as mulheres e que elas possam ser livres na escolha de seu ofício, com vocação.



HISTÓRICO

Ingressou no Judiciário estadual em 18 de maio de 1995. Teve atuação nas Comarcas de Cruz e Itapajé, antes de chegar a Fortaleza.

Cynthia Pereira Petri Feitosa

Titular da Vara Única de Aracoiaba

Naturalidade: Natal – RN



Fazer parte do Judiciário, como mulher, é levar sensibilidade e humanidade ao exercício da magistratura. Também representa mais organização e método na gestão de conflitos.



HISTÓRICO

É integrante da magistratura cearense desde o dia 6 de agosto de 2009. Teve atuação nas Comarcas de Santana do Acaraú e Pentecoste.

Daniela Lima da Rocha

Juíza auxiliar privativo da 3ª Vara do Júri de Fortaleza

Naturalidade: Acopiara – CE



Ser juíza representa a continuidade da história de trabalho e superação das primeiras magistradas e esperança em uma sociedade respeitosa e mais igualitária.



HISTÓRICO

Em 28 de junho de 2001 assumiu a primeira titularidade, na Comarca de Croatá. Depois, atuou em Chaval, Campos Sales, Tamboril, Granja, Russas e, desde 2011, está em Fortaleza.

Danielle Estevam Albuquerque

Titular da 11ª Vara Cível de Fortaleza
Coordenadora das Varas Cíveis

Naturalidade: Fortaleza – CE



Como mulher, fazer parte do Judiciário, representa um enorme desafio para compatibilizar os diversos papéis que nos são atribuídos no palco da vida, como cidadã, mãe e esposa, o que nos torna mais fortes e qualificadas para contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e humana.



HISTÓRICO

Está na magistratura desde 2005. Atuou nas Comarcas de Acarape, Guaraciaba do Norte, Quixadá, Senador Pompeu, Piquet Carneiro, Madalena, Solonópole, Ibaratama, Aratuba, Mulungu, Aracoiaba, Baturité, Itapajé e Itaitinga.

Danielle Pontes de Arruda Pinheiro

Titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sinto-me feliz e realizada profissionalmente em poder exercer função tão nobre, admirável, podendo levar justiça aos jurisdicionados cearenses e fazer parte da representatividade feminina no Poder Judiciário, ser exemplo em ocupar carreiras que foram historicamente mais ocupadas por homens.



HISTÓRICO

Assumi a magistratura em 21 de setembro de 1994, na Comarca de Paracuru. Trabalhou ainda em Redenção, Santa Quitéria e Pacajus. Além disso, foi juíza eleitoral e esteve à frente da 1ª Vara do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua.

Danúbia Loss Nicoláo

Titular da 1ª Vara Cível de Aracati

Naturalidade: Garibaldi – RS



Fazer parte do Judiciário, como mulher, traz a responsabilidade de contribuir para que os espaços de poder e a própria ideia de Justiça sejam mais diversificados, acessíveis e modernos, culminando no verdadeiro sentido da igualdade no seu aspecto mais amplo.



HISTÓRICO

O ingresso na magistratura ocorreu no dia 4 de março de 2016, quando assumiu a Comarca de Icapuí. Depois, atuou em Morada Nova.

Débora Danielle Pinheiro Ximenes

Diretora do Fórum de Crateús
Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Crateús

Naturalidade: Fortaleza – CE



Como mulher, fazer parte do Poder Judiciário é contribuir para a representatividade de gênero dentro da instituição, além da concretização de uma realização pessoal. A diversidade na composição dos membros é essencial para a aproximação entre Judiciário e sociedade.



HISTÓRICO

Passou a fazer parte da magistratura estadual em 25 de fevereiro de 2016. Teve atuação nas Comarcas de Mulungu, antes de chegar a Crateús.

Deborah Cavalcante de Oliveira Salomão Guarines

Titular da 1ª Vara Cível de Maranguape

Naturalidade: Fortaleza – CE



Após trabalhar diretamente no Tribunal de Justiça do Ceará, nasceu em mim o sonho de ser juíza de Direito, que realizou-se, primeiro, na Bahia. Portanto, ser aprovada no meu Estado, onde posso exercer minha vocação sem estar distante da família, é a realização do meu projeto de vida pessoal e profissional.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde 2007, tendo atuado nas Comarcas de Barroquinha, Itaitinga, Redenção e Horizonte. Desempenhou também funções em Pacajus, Capistrano, Pacoti, Guaramiranga e Aracoiaba.

Elizabeth Silva Pinheiro

Titular da Vara da Infância e da Juventude de Caucaia

Naturalidade: Quixadá – CE



Ser mulher e juíza representa atuar com responsabilidade, serenidade e compromisso.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual no dia 4 de agosto de 1995, na Vara Única de Coreaú. Também trabalhou em Maracanaú.

Elizabeth Passos Rodrigues Martins

Titular do 7º Juizado Especial Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Juazeiro do Norte – CE

HISTÓRICO

É integrante do Judiciário do Estado do Ceará desde o dia 5 de abril de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Jardim, São Gonçalo do Amarante e Maranguape.

Elizabeth Santos Vale Rodrigues

Titular da Vara de Delitos de Organizações Criminosas de Fortaleza

Naturalidade: São Luís – MA



A luta persistente de uma mãe não letrada em dar aos filhos a educação que não teve, me fez desejar avidamente fazer parte do Judiciário para proporcionar um envelhecimento condigno àqueles que me ensinaram o que é ser honesta, íntegra, justa e despertou em mim a sensibilidade por justiça em busca da segurança e paz social.”



HISTÓRICO

Iniciou a magistratura na Comarca de Catarina, no dia 16 de março de 1998. Assumiu Campos Sales, em 11 de maio de 2001, e atuou, ainda, em Nova Russas, Morada Nova, Maranguape, Acopiara, Iguatu, Jucás, Cariús, Quixelô, Ipueiras, Tamboril e Monsenhor Tabosa.

Fabiana Silva Félix da Rocha

Juíza do 6º Juizado Auxiliar das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas; e da Auditoria Militar de Fortaleza
Juíza auxiliar da Corregedora-Geral da Justiça

Naturalidade: Sobral – CE



Fazer parte do Judiciário, para mim, como mulher, demonstra a independência e força feminina, que alia a firmeza e temperança necessárias à magistratura sem descurar da delicadeza de agir.



HISTÓRICO

Ingressou na Justiça cearense em 22 de novembro de 2007. Atuou nas Comarcas de Hidrolândia, Santa Quitéria, Ipueiras, Tamboril, Nova Russas, Baturité, Aracoiaba, Capistrano, Mulungu e Redenção. No ano de 2015, tornou-se a juíza auxiliar de Fortaleza, na área criminal.

Fabília Ferreira de Freitas

Titular da 23ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser juíza representa uma honra! As dificuldades inerentes à magistratura são superadas pelo privilégio de distribuir justiça.



HISTÓRICO

É magistrada desde 14 de fevereiro de 2008, quando assumiu a Comarca de Itarema. Teve atuação também em Quixeramobim e Pacatuba.

Fátima Maria Rosa Mendonça

Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza

Naturalidade: Baturité – CE



Fazer parte do Judiciário, esse espaço historicamente ocupado por homens, é um desafio na luta por igualdade de gênero, mas muito gratificante por exercer uma profissão que amo e poder mostrar que a mulher pode estar em todos os espaços que ela desejar.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 8 de setembro de 1992, na Comarca de Palmácia. Também foi juíza em Baturité e em todas as cidades da região, além de Quixadá, Aquiraz, Horizonte e Eusébio. Foi integrante das Juntas Recursais de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e exerceu a função eleitoral. Em 2007, assumiu o Juizado da Mulher (hoje primeira unidade), onde está até a presente data.

Fátima Xavier Damasceno

Titular do 13º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser magistrada exige o equilíbrio entre sensibilidade e firmeza para a correta distribuição da Justiça.



HISTÓRICO

Faz parte da magistratura desde 12 de março de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Morrinhos, Novo Oriente, Amontada, Pentecoste e Baturité.

Flávia Maria Aires Freire Allemão

Titular da 2ª Vara Criminal de Maracanaú

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sendo membro de Poder e mulher, sinto que a igualdade de gênero é possível e me sinto, de certa forma, representante das mulheres que podem ver em mim, na posição que ocupo, que temos a mesma capacidade que os homens, desde que nos dediquemos à nossa causa e à nossa vocação.



HISTÓRICO

Ingressou no Judiciário no dia 15 de março de 2001. Atuou nas Comarcas de Quixeré, Mucambo, Palmácia, Pindoretama, Pedra Branca, Quixeramobim e Cascavel. Foi também juíza eleitoral. A 2ª Vara Criminal de Maracanaú, da qual está frente, têm competência para a Execução Penal na Comarca.

Flávia Pessoa Maciel

Titular da 1ª Vara Cível de Eusébio

Naturalidade: Fortaleza – CE



Apesar de a magistratura ser uma árdua missão, que exige além do conhecimento técnico/jurídico, muita dedicação, humanidade, empatia com o jurisdicionado, aliados ao amor e disposição para o trabalho, algumas vezes exigindo um sacrifício do convívio familiar, sinto-me realizada como mulher/juíza integrante do Judiciário cearense.”



HISTÓRICO

É magistrada desde 19 de janeiro de 1999. Foi a primeira juíza de Chorozinho. Trabalhou também nas Comarcas de Itapiúna, Redenção, Acarape e Barreira. Já respondeu por Pacajus, Horizonte, Ocara, Capistrano, Baturité, Mulungu, Aratuba, Pacoti, Aracoiaba, Pacatuba e Guaiúba.

Flávia Setúbal de Sousa Duarte

Juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará
Juíza auxiliar privativo da Vara de Audiências de Custódia de Fortaleza

Naturalidade: Mossoró – RN



Fazer parte do Judiciário representa uma grande conquista e uma honrosa oportunidade de aplicar o Direito para realizar a missão de distribuir Justiça.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 16 de fevereiro de 2007, na Comarca de Cariús. Também teve atuação em Quixeré, Aracati e Limoeiro do Norte. Em julho de 2019, foi promovida, por merecimento, para a Vara Privativa em Audiências de Custódia de Fortaleza. Na atual Gestão, a magistrada integrou o Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais.

Francisca Francy Maria da Costa Farias

Titular da 13ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: São Julião – PI



Ser juíza representa muito, independência, criatividade, responsabilidade para alavancar o Poder Judiciário, com o reduzidíssimo quadro de servidores que temos.



HISTÓRICO

A magistrada iniciou a carreira no dia 10 de agosto de 1974. Desempenhou a profissão nas Comarcas de Aratuba, Iguatu e Maracanaú, antes de chegar a Fortaleza.

Gabriela Carvalho Azzi

Titular da Vara Única de Amontada

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ



E se estou aqui, hoje, é porque no passado outras lutaram muito para conquistar esse espaço. Espero poder contribuir para levar Justiça aos jurisdicionados e talvez influenciar outras mulheres a buscarem esse sonho.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura do Estado do Ceará, foi empossada em 15 de outubro de 2020 para a Comarca de Amontada.

Gerana Celly Dantas da Cunha Veríssimo

Titular da 1ª Vara Cível de Limoeiro do Norte

Naturalidade: Natal – RN



Como mulher, fazer parte do Judiciário é um constante desafio, um sacerdócio, uma doação, pois temos que harmonizar vários papéis: profissional, mãe, filha, esposa. A realização advém no esforço contínuo em se efetivar a Justiça no caso concreto, com zelo, honestidade, responsabilidade, pois exsurge a paz do dever cumprido e gratidão a Deus por tudo.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde o ano de 2009. Inicialmente, auxiliou a Comarca de Itaiçaba e, depois, assumiu Chaval. Teve atuação também em Barroquinha, Camocim, Morada Nova e Pereiro, além de exercer funções eleitorais.

Geritsa Sampaio Fernandes

Titular da 1ª Turma Recursal Cível e Criminal

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário é uma grande missão no desiderato de alcançar a justiça nos casos concretos.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 14 de setembro de 1995. Teve atuação nas Comarcas de Chaval, Tabuleiro do Norte, Crato, Tianguá e Itapipoca.

Gesilia Pacheco Cavalcanti

Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal de Fortaleza

Naturalidade: Corrente – PI



Representa trazer importantes contribuições nas decisões, principalmente fazer valer em seus julgados o direito à igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, especialmente nos casos relacionados à violência de gênero e racial.



HISTÓRICO

O início da carreira de magistrada ocorreu no dia 20 de março de 1998. Foi juíza das Comarcas de Itatira, Aratuba, Horizonte e Maranguape.

Giselli Lima de Sousa Tavares

Titular da 1ª Vara Cível de Quixadá
Diretora do Fórum de Quixadá

Naturalidade: Fortaleza – CE



Integrar o Judiciário do Ceará como mulher, esposa e mãe, representa servir à sociedade de forma isenta e com muita sobriedade, através da aplicação do Direito. E com tantos papéis a exercer, acredito que para a mulher, poder finalizar cada dia, com o dever cumprido, nos fortalece e dignifica o nosso lar.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 4 de julho de 2013, na Comarca de Reriutaba. Teve atuação também em Varjota, Santa Quitéria, Ipu e Tauá.

Harbélia Sancho Teixeira

Titular da 2ª Vara de Marco

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário significa representatividade e reverência. Representatividade, pois permite ser exemplo atual para tantas jovens que sonham exercer cargo na magistratura. Reverência, pois é o sentimento que possuo pela luta de grandes mulheres pelo direito de sermos simplesmente iguais.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça cearense desde o dia 15 de novembro de 2021, quando tomou posse como juíza para a 2ª Vara da Comarca de Marco.

Helga Medved

Titular do 22º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sinto-me honrada em fazer parte do Judiciário cearense, que é protagonizado por mulheres valorosas e trabalhadoras. O cenário mostra um aumento substancial da presença feminina no Judiciário. O acesso deixa de ser o grande desafio, dando espaço à construção de uma alteridade de gênero.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Poranga, Icapuí, Tamboril e Iguatu. Já foi integrante de Turmas Recursais do Fórum Professor Dolor Barreira. Também coordenou o Comitê da Saúde do Ceará, supervisionou o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), coordenou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Juizado Especial e o Juizado do Torcedor e de Grandes Eventos.

Icléa Aguiar Araújo Rolim

Titular do 21º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Tenho muito orgulho de fazer parte do Judiciário cearense, juntamente com tantas colegas competentes, contribuindo para o fortalecimento da instituição.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça cearense desde o dia 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Irauçuba, Farias Brito e Sobral.

Ijosiana Cavalcante Serpa

Titular do 24º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário representa, como pessoa, uma realização de conquista pessoal e, profissionalmente, minha atuação por vocação. Sentimento de satisfação, gratidão, dedicação e de ressignificação na representatividade feminina, por meio da humanização do julgamento e da gestão.



HISTÓRICO

Iniciou a carreira de magistrada em 30 de janeiro de 1998. Trabalhou nas Comarcas de Quixadá, Banabuiú, Paracuru, Acaraú e Cariré. Atualmente, também é juíza eleitoral de Fortaleza.

Izabela Mendonça Alexandre de Freitas

Titular da 2ª Vara Cível de Iguatu

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser juíza sempre foi meu sonho profissional. Sinto-me realizada em poder dar a minha contribuição para a sociedade com o meu trabalho. Ser mulher em um espaço historicamente tão masculino tem seus desafios, mas nós, juízas do TJCE, temos conseguido superá-los e mostrar nosso valor, com firmeza e sensibilidade.



HISTÓRICO

Passou a fazer parte da Justiça do Estado do Ceará no dia 4 de julho de 2013. Desempenhou as funções de magistrada em Jucás, antes de chegar à Comarca atual.

Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz

Titular da 13ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário é assumir uma missão que, para seu bom êxito, precisa ser exercida com humildade, responsabilidade, equilíbrio, sensibilidade e despida de toda e qualquer vaidade. Servir à Justiça é antes de tudo servir ao próximo.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 27 de dezembro de 1993. Atuou nas Comarcas de Jaguaratama, Mauriti, Redenção, Quixeramobim e Pacajus.

Janaína Graciano de Brito

Titular da Vara Única Criminal de Aracati

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ



Fazer parte do Judiciário, como mulher, representa contribuir para uma visão mais humanista, democrática e igualitária da Justiça.



HISTÓRICO

No dia 25 de fevereiro de 2016, iniciou a carreira na magistratura cearense. A primeira unidade de atuação foi a Comarca de Umirim. Após, assumiu a Vara Criminal de Aracati.

Janayna Marques de Oliveira e Silva

Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões de Sobral

Naturalidade: Iguatu – CE



Fazer parte da Justiça do Ceará representa vitória pela conquista de um sonho e honra por exercer tão nobre missão.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 31 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Uruoca, Morrinhos, Ubajara, Redenção, Uruburetama, São Benedito e Maracanaú.

Jane Ruth Maia de Queiroga

Titular da 12ª Vara de Família de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Como mulher, fazer parte do Judiciário representa uma honra e uma missão, dar o melhor de si para solucionar um conflito de forma justa, ser instrumento para a restauração de afetos quando envolve família e prestar um serviço à sociedade, que dignifique ainda mais o papel da Justiça.



HISTÓRICO

É magistrada desde 30 de março de 1992, quando assumiu a Comarca de Aracoiaba. Também trabalhou em Redenção e Granja.

Josilene de Carvalho Sousa

Titular da 1ª Vara de Viçosa do Ceará

Naturalidade: Miracema – TO



Sou muito feliz em fazer parte de um Tribunal que tem quebrado paradigmas e permite, cada vez mais, que as mulheres ocupem espaços de poder. No Judiciário cearense, temos uma atuação feminina forte em todo o Estado, com mulheres em funções estratégicas.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em fevereiro de 2020. Inicialmente, foi juíza da Comarca de Chaval. Atualmente, exerce a função em Viçosa do Ceará.

Jovina d'Avila Bordoni

Juíza do 5º Juizado Auxiliar dos Juizados Especiais Cíveis; Criminais; e Turmas Recursais Cíveis e Criminais de Fortaleza

Naturalidade: Rio Branco – AC



Fazer parte do Judiciário representa grande responsabilidade e dedicação e também uma conquista da participação feminina na carreira da magistratura.



HISTÓRICO

Faz parte da magistratura cearense desde 26 de maio de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Alto Santo, Santana do Cariri, Iracema e Aracati.

Joyce Sampaio Bezerril Fontenelle

Titular da 3ª Vara Criminal de Sobral

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ética, compromisso, capacidade de liderança, gestão e organização são atributos afetos à atividade jurisdicional e devem ser exercidos por magistrados e magistradas. Fazer parte do Judiciário revela meu real compromisso com a sociedade e o bem comum.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 28 de março de 1998. Desempenhou as funções nas Comarcas de Marco, Farias Brito, Milagres e Redenção.

Juliana Bragança Fernandes Lopes

Titular da Vara Única de Guaraciaba do Norte

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ



Sem dúvidas, vivenciamos um momento histórico, em que a mulher, antes excluída da participação nas decisões mais simples em razão de sua submissão cultural e econômica ao poderio masculino, se faz presente em vários ramos de atuação, inclusive em profissões anteriormente reservadas aos homens. Sinto-me honrada por integrar o Judiciário cearense ao lado de mulheres tão incríveis.



HISTÓRICO

Iniciou a carreira de juíza em 25 de fevereiro de 2016, na Comarca de Guaraciaba do Norte. Desde 2019, integra a 6ª Turma Recursal do Fórum Professor Dolor Barreira e, em 2021, passou a fazer parte do Núcleo de Produtividade Remota (NPR). Também exerce funções eleitorais.

Juliana Porto Sales

Titular da 1ª Vara de Itapajé

Naturalidade: Recife – PE



Como mulher, fazer parte do Judiciário representa dar voz, espaço àquela que foi durante muito tempo alijada da esfera pública. Representa, ainda, liberdade e igualdade profissionais e demonstra que a sensibilidade e afetividade da mulher não interessa apenas ao ambiente familiar, mas à sociedade como um todo.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 4 de julho de 2013. Atuou nas Comarcas de Icapuí, Aracati, Capistrano, Aratuba e Aracoiaba. Em dezembro de 2015, foi promovida para a 1ª Vara de Itapajé, onde está atualmente e responde também por Tejuçuoca, Irauçuba e Uruburetama.

Juliana Sampaio de Araújo

Titular da Vara Única de Guaiúba
Juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

Naturalidade: Fortaleza – CE



No Judiciário, somos apresentadas a inúmeras situações, boas e ruins, fáceis e difíceis, complexas e simples, mas a maneira como escolhemos agir nessas situações não é expressão do nosso gênero, mas do nosso caráter e da nossa coragem.



HISTÓRICO

A carreira como magistrada cearense teve início no dia 9 de maio de 2013. Teve atuação nas Comarcas de Acarape e Redenção.

Julianne Bezerra Barros Santos

Titular da Vara Única de Pindoretama

Naturalidade: Mossoró – RN



Ser mulher e magistrada é motivo de muita satisfação, pois tem sido cada vez mais expressivo o número de mulheres que estão ocupando posições de destaque e poder, podendo influenciar de forma direta e relevante na sociedade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura do Estado do Ceará no dia 25 de fevereiro de 2016. Desempenhou as funções nas Comarcas de Quixelô e Barreira, antes de chegar à unidade atual.

Karla Cristina de Oliveira

Titular da 1ª Vara de Acopiara

Naturalidade: Boa Vista – RR

HISTÓRICO

É integrante da magistratura cearense desde o dia 25 de fevereiro de 2016. Antes de atuar na unidade atual, trabalhou na Comarca de Catarina.

Karla Neves Guimarães da Costa Aranha

Titular da Vara Única de Novo Oriente

Naturalidade: Guarabira – PB



Sinto-me muito honrada e ciente da responsabilidade de levar a sensibilidade própria das mulheres para o exercício da jurisdição, nessa missão tão gratificante que é a de levar Justiça aos cearenses.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura do Estado do Ceará, tomou posse em outubro de 2021 para a Comarca de Novo Oriente.

Kathleen Nicola Kilian

Titular da Vara da Infância e da Juventude de Sobral

Naturalidade: Porto Alegre – RS



Ser juíza é sobretudo desafio, um constante exercício de empatia, de enxergar além do processo o componente humano, as relações sociais. É inclusão, em uma sociedade que confia e espera justiça.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense no dia em 25 de fevereiro de 2016. Teve atuação nas Comarcas de Cruz, Quixeramobim e Aracati.

Larissa Affonso Mayer

Titular da Vara Única de Bela Cruz

Naturalidade: Juiz de Fora – MG



Como mulher, fazer parte do Judiciário cearense é uma superação e uma honra. Quero me dedicar à profissão com muito amor e inspirar outras mulheres a seguir os seus sonhos. Agradeço ao TJCE por esta grande oportunidade.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura do Estado do Ceará, foi empossada em 15 de outubro de 2021 para a Comarca de Bela Cruz.

Larissa Braga Costa de Oliveira Lima

Titular da 2ª Vara Criminal de Juazeiro do Norte

Naturalidade: Baturité – CE



Ser juíza, antes de tudo, foi a realização do sonho de minha mãe, Perpétua Braga. Representa a possibilidade de servir a quem tanto anseia por Justiça e de inspirar outras mulheres a ocupar um espaço importantíssimo para nossa sociedade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense no dia 4 de julho de 2013, na Comarca de Cariús. Teve atuação também em Mombaça e Lavras da Mangabeira.

Leila Regina Corado Lobato

Juíza auxiliar da 14ª Zona Judiciária

Naturalidade: Corrente – PI



Ser juíza no Estado do Ceará representa a concretização de um sonho de infância. Além disso, com a minha profissão eu consigo motivar outras mulheres a realizar seus sonhos.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça cearense desde 4 de julho de 2013, quando assumiu a Comarca de Jaguaribe. Depois teve atuação em Iguatu.

Leopoldina de Andrade Fernandes

Titular da 1ª Vara de Cascavel

Naturalidade: Apodi – RN



A mulher magistrada representa a visão humana, sensível e ao mesmo tempo forte no Judiciário.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual 4 de julho de 2013, na Comarca de Ibicuitinga. Posteriormente, trabalhou em Itaitinga, antes de chegar à unidade atual.

Leslie Anne Maia Campos

Titular da Vara Única Criminal de Itapipoca

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser magistrada representa tentar trazer mais serenidade e equilíbrio no exercício da árdua missão que é a pacificação dos conflitos sociais e, ao mesmo tempo, servir de inspiração para que outras mulheres ocupem, em iguais condições, os espaços de poder.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde 26 de fevereiro de 2016. Já desempenhou as funções nas Comarcas de Amontada e Itapipoca.

Lia Sammia Souza Moreira

Juíza do 1º Juizado Auxiliar das Varas da Fazenda Pública de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



A magistratura é um desafio a mais para a feminilidade, pois consiste em profissão de exercício de autoridade, sempre identificada por características masculinas. A credibilidade e a competência da mulher são postas à prova diariamente. Fazer parte do Judiciário representa dar o meu melhor como mulher e como cidadã.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura do Ceará no dia 2 de março de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Chaval, Groaíras, Saboeiro, Tianguá e Pacajus.

Liana Alencar Correia

Titular da Vara Única de Monsenhor Tabosa

Naturalidade: Fortaleza – CE



Com enorme satisfação, passei a compor o quadro de magistradas do Estado do Ceará, onde nasci e fui criada. Sei algumas das dificuldades que, como juíza, irei enfrentar, bem como os desafios em prol das mulheres do meu Ceará, mas abraço de coração aberto.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura, foi empossada no dia 21 de outubro de 2021 para a Comarca de Monsenhor Tabosa.

Luciana Teixeira de Souza

Titular da 2ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios de Fortaleza
Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário

Naturalidade: Teresina – PI



Penso que a questão deva ser o que representa, em termos de verdadeira justiça democrática, termos cada vez mais mulheres e outros grupos historicamente excluídos como operadores do sistema de Justiça brasileiro. Ser uma mulher no Judiciário me faz pensar e querer isso.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense em 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Marco, Milagres, Canindé e Limoeiro do Norte.

Lucimeire Godeiro Costa

Titular da 21ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário representa a realização de um sonho. Quando ainda era adolescente, minha avó certo dia falou: 'Acho tão bonito uma mulher juíza'. Na ocasião, não atentei que um dia seria, mas, somente muito tempo depois, já no exercício da magistratura, lembrei daquela frase de minha avó, quiçá um desejo ou premonição.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça estadual desde 5 de agosto de 1993, quando assumiu a Comarca de Parambu. Atuou também em Cedro, Tauá e Russas. Em Fortaleza, foi juíza auxiliar antes de ficar à frente da unidade onde está atualmente.

Luzia Ponte de Almeida

Titular da 11ª Vara de Família de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário representa uma oportunidade fundamental de poder contribuir para um mundo melhor e mais justo, além de um avanço histórico alcançado pelas mulheres. Contudo, muito ainda deve ser feito na luta pela conquista de espaço e igualdade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Fortim, Coreaú, Santa Quitéria e Uruburetama.

Mabel Viana Maciel

Juíza auxiliar privativo da 3ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza
Coordenadora das Varas da Infância e da Juventude de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte da Justiça representa trabalhar para garantir que crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados, que possam crescer e se desenvolver de forma plena em ambiente sadio e harmonioso.



HISTÓRICO

É juíza desde o dia 16 de março de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Jati, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Jucás, Icó, Lavras da Mangabeira e Aracati.

Maria Anita Araruna Corrêa Dias

Titular da Vara Única de Alto Santo

Naturalidade: Barbalha – CE



Além do orgulho e da alegria, fazer parte do Judiciário representa a oportunidade de ocupar um espaço que, historicamente, foi preenchido por homens, o que, além da indiscutível representatividade, permite uma democratização da visão de Justiça.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura do Estado do Ceará, foi empossada em 15 de dezembro de 2021 para a Comarca de Alto Santo.

Márcia Oliveira Fernandes Menescal de Lima

Titular da 14ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário representa um desafio e uma missão.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 5 de abril de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Orós, Maracanaú e Maranguape.

Maria de Fátima Bezerra Facundo

Titular da 28ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Aracoiaba – CE



Ser mulher e juíza é trazer no peito o orgulho e a gratidão e, na mente, a convicção e firmeza na tomada de decisões para o total desempenho deste labor, sempre em prol de uma Justiça igualitária.



HISTÓRICO

Faz parte do Judiciário do Ceará desde o dia 30 de abril de 1993. Já desempenhou as funções de magistrada nas Comarcas de Coreaú, Ipueiras, Baturité, Ipaporanga, Itapiúna e Ocara.

Maria do Socorro Montezuma Bulcão

Titular do 10º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário significa, para mim, colaborar para a construção de um mundo mais justo e mais humano, estabelecendo pontes para uma sociedade mais igualitária.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 13 de janeiro de 1999, na Comarca de Pindoretama. Teve atuação também em São Luís do Curu, Jaguaruana, Aracati e Maranguape.

Maria Ilna Lima de Castro

Titular da 12ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Cascavel – CE



Fazer parte do Judiciário representa uma contribuição para tornar o Brasil um país melhor.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde o dia 27 de junho de 1984. Trabalhou nas Comarcas de Mulungu, Tauá, Russas e Limoeiro do Norte.

Maria José Sousa Rosado de Alencar

Juíza do 1º Juizado Auxiliar das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos de Fortaleza

Naturalidade: Crato – CE



Para mim, fazer parte do Judiciário representa contribuir para a construção de uma sociedade mais humana e fraterna.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura do Ceará no ano de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Ipaporanga, Chaval, Caririaçu e Quixeramobim. Antes de ser juíza, foi servidora do Tribunal de Justiça.

Maria Lúcia Falcão Nascimento

Titular do 14º Juizado Especial Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



É uma honra fazer parte do Judiciário do meu Estado e, o primeiro motivo, é em homenagem e em respeito às lutas das mulheres que me antecederam e que abriram caminho dentro de um Poder que antes predominavam apenas os homens. O segundo motivo, é o de contribuir, de alguma forma, para a solução mais justa possível dos conflitos, visando com isso, à paz social.



HISTÓRICO

A magistrada entrou para a Justiça cearense no ano de 1993. Atuou nas Comarcas de Solonópole, Mauriti e Crato.

Maria Lúcia Vieira

Titular da 3ª Vara Criminal de Juazeiro do Norte

Naturalidade: Crato – CE



Fazer parte do Judiciário cearense significa honra, além da realização pessoal e profissional.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 28 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Jati, Solonópole, Santana do Cariri, Caririaçu, Aurora, Campos Sales, Mauriti, Jardim e Araripe.

Maria Luísa Emerenciano Pinto

Titular da 2ª Vara de Santa Quitéria

Naturalidade: Natal – RN



Pertencer ao Judiciário representa a concretização de um sonho nutrido desde a infância e uma forma de desempenhar na sociedade o necessário papel de coibir e reparar injustiças.



HISTÓRICO

O início na carreira de juíza cearense começou no dia 28 de fevereiro de 2020. Desempenhou a função na Comarca de Ocara, antes de assumir a unidade atual.

Maria Marleide Maciel Mendes

Titular da 3ª Vara de Família de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Ser juíza, mulher e integrante do Poder Judiciário cearense é uma constante demonstração de superação de desafios e é a certeza de contribuir com a sociedade cearense e brasileira na entrega de uma prestação jurisdicional célere e efetiva.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em abril de 1993. A primeira Comarca foi a de Alto Santo. Atuou também em Mombaça, Crateús e Aracati. Em Fortaleza, foi ainda juíza auxiliar.

Maria Martins Siriano

Juíza do 3º Juizado Auxiliar das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude de Fortaleza

Coordenadora das Varas de Família e de Sucessões de Fortaleza

Naturalidade: Novo Oriente – CE



Ser magistrada é a realização de um sonho e uma oportunidade de contribuir para a realização da Justiça.



HISTÓRICO

É juíza desde 20 de maio de 1998, tendo atuado nas Comarcas de Jardim, Pedra Branca e Quixadá. Também exerceu funções eleitorais. Desde fevereiro de 2019, é auxiliar da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, como coordenadora das Varas de Família e Sucessões.

Maria Regina Oliveira Câmara

Titular da 1ª Vara de Família de Fortaleza

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ



“Considero a atuação que desenvolvi um amadurecimento benéfico para mim e para a sociedade/jurisdicionados.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura do Estado do Ceará no dia 18 de janeiro de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Parambu, Jaguaretama, Acaraú, Maranguape e Pacajus.

Maria Valdenisa de Sousa Bernardo

Titular da 22ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Mossoró – RN



Ser juíza significa ser instrumento de garantia de direitos constitucionais.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 21 de setembro de 1994. Teve atuação nas Comarcas de Pereiro, Acaraú, Sobral, Limoeiro do Norte e Canindé.

Maria Valdileny Sombra Franklin

Titular da 1ª Vara Cível de Caucaia

Naturalidade: Fortaleza – CE



Integrar o Poder Judiciário não representa apenas o empoderamento feminino. A atividade jurisdicional exercida pela mulher revela um olhar diferenciado e um espírito aguçado para identificar as desigualdades. Traduz a força temperada pela sensibilidade para alcançar a verdadeira justiça.



HISTÓRICO

A magistrada iniciou a carreira em 17 de março de 1998, na Comarca de Aiuaba. Também teve atuação em Caridade, Guaraciaba do Norte, Aquiraz, Canindé, Paramoti, Itatira, Croatá, São Benedito, Carnaubal, Reriutaba, Varjota, Pires Ferreira e Tianguá.

Marileda Frota Angelim Timbó

Titular da 14ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Coreaú – CE



Fazer parte do Judiciário representa uma categoria de destaque, podendo e devendo solucionar conflitos e auxiliando a magistratura do Estado do Ceará como um todo, contribuindo de certa forma também para o Judiciário nacional.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense no dia 3 de novembro de 1993. Desempenhou as funções de juíza nas Comarcas de Ipaumirim, Mucambo, Aracati e Pacatuba.

Marília Ferreira de Souza Varella Barca

Titular Vara Única de Iracema

Naturalidade: Natal – RN



Ser mulher e integrar o Judiciário significam, para mim, representatividade e resistência em um ambiente de histórico predomínio masculino, além de uma honrosa oportunidade de servir à sociedade, garantindo direitos e zelando por uma ordem jurídica justa.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura, foi empossada em 15 de outubro de 2021 para a Comarca de Iracema.

Marília Lima Leitão Fontoura

Titular do 19º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Crateús – CE



Sinto-me honrada em ser magistrada e, com a sensibilidade de mulher e mãe, levar à Justiça para a população, tentando aplicar o Direito com humanidade e projetando o bem-estar dos jurisdicionados.



HISTÓRICO

Tomou posse na magistratura no ano 2000, na Comarca de Poranga. Também atuou em Mulungu, Pentecoste e Maranguape.

Miriam Porto Mota Randal Pompeu

Titular da 27ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Eu me sinto bastante honrada e realizada profissionalmente no exercício da magistratura, tendo ciência da responsabilidade da atuação, pois sempre temos que ter consciência que por trás de todo processo existem pessoas que confiaram à Justiça a solução de seus problemas e conflitos, podendo ser algo de extrema importância na vida daquela pessoa.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 30 de janeiro de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Madalena, Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio e Caucaia. Em 2011, foi promovida para Fortaleza. Atuou como juíza auxiliar da Presidência do TJCE (2013 e 2014) e da Corregedoria-Geral da Justiça (2015 e 2016). Atualmente, compõe o Núcleo de Produtividade Remota (NPR).

Mônica Lima Chaves

Titular da 3ª Turma Recursal da Fazenda Pública de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



A representatividade feminina no Judiciário ainda tem um longo caminho a percorrer para que se torne justa.



HISTÓRICO

É juíza desde o dia 14 de janeiro de 1999. Trabalhou nas Comarcas de Guaiúba, Bela Cruz, Amontada, Farias Brito, Barreira e Aquiraz. Em Fortaleza, já foi diretora do Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira.

Nádia Maria Frota Pereira

Titular da 12ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza

Naturalidade: Sobral – CE



Pertencer aos quadros do Judiciário cearense é motivo de orgulho não só como mulher, mas, também, como ser humano que tenho como norte em pautar minhas decisões, sempre primando pela Justiça quanto pelo devido processo legal, corolários da Constituição Federal.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 8 de fevereiro de 1994. Teve atuação nas Comarcas de Jardim, Assaré e Acopiara.

Natália Almino Gondim

Juíza do 1º Juizado Auxiliar das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Como mulher e juíza de Vara de Família, minha atuação profissional reflete a missão que sinto ter sido reservada por Ele. Como instrumento de Sua vontade, creio que a judicatura deve ter como premissas não somente as normas legais e éticas, mas também os mais importantes ensinamentos de Cristo. Por esse motivo, esforço-me para sempre agir com compaixão e amor, contribuindo, ainda que em pequenas doses, para um Judiciário mais justo e mais humano.



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça do Ceará desde o dia 30 de janeiro de 1998. Desempenhou a função nas Comarcas de Palmácia, Capistrano e Aracoiaba. Antes de ser juíza, foi promotora de Justiça durante três anos e quatro meses (30/09/1994 a 29/01/1998).

Neliane Ribeiro de Alencar

Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões de Maracanaú

Naturalidade: Russas – CE



Fazer parte do Judiciário cearense representa a conquista feminina por espaço em ambiente predominantemente masculino.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 19 de abril de 2001. Teve atuação nas Comarcas de Palmácia, Mucambo, Assaré, Jucás e Camocim.

Nismar Belarmino Pereira

Titular da 5ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza

Naturalidade: Araripe – CE



A sensibilidade, dedicação e capacidade adaptativa da condição feminina evidenciam a mulher como ser de habilidades imprescindíveis ao desenvolvimento organizacional do Judiciário, unindo empatia, resiliência e destemor no desenvolvimento de sua atividade judicante.



HISTÓRICO

O início da carreira de juíza começou no dia 29 de junho de 1989. Passou pelas Comarcas de Jardim, Missão Velha, São Gonçalo do Amarante e Tianguá.

Pâmela Resende Silva

Titular da 1ª Vara de Pacajus

Naturalidade: Juiz de Fora – MG



Integrar o Judiciário, além da realização de um sonho, é uma grande responsabilidade, não apenas pelo cargo em si, mas também pela importância da representatividade feminina no Judiciário, tendo em vista que as mulheres ainda são minoria na magistratura.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em fevereiro de 2020. Iniciou na Comarca de Mulungu. Em outubro de 2021, assumiu a unidade onde está atualmente.

Patrícia Fernanda Toledo Rodrigues

Titular da 2ª Vara Cível de Baturité

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ



Apesar de muito trabalho, é muito recompensador.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde o dia 30 de junho de 2000. Teve atuação nas Comarcas de Forquilha, Chaval, Saboeiro e Capistrano.

Priscilla Emanuelle de Melo Cavalcante

Titular da 1ª Vara Cível de Canindé

Naturalidade: Maceió – AL



Integrar o Judiciário cearense significa representatividade e consolidação do papel central que a mulher pode e deve exercer ao assumir cargos de liderança. É um incentivo e espelho para que outras mulheres também se sintam capazes e vejam com naturalidade a assunção de papéis de autoridade no mercado de trabalho.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em fevereiro de 2020, na Comarca de Paraipaba. Em 2021, assumiu a unidade atual.

Rafaela Benevides Caracas Pequeno

Titular da 1ª Vara de Nova Russas

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sempre que percebo que venho conseguindo desempenhar minha profissão com zelo e me dedicar à minha família, sinto-me extremamente realizada. Compor o Judiciário representa em minha vida um motivo de orgulho, de realização profissional e de gratidão a Deus.



HISTÓRICO

A magistrada iniciou a carreira no dia 25 de fevereiro de 2016. Teve atuação na Comarca de Croatá, antes de chegar à unidade onde está atualmente.

Raquel Otoch Silva

Titular da 7ª Vara de Família de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Atuar na solução dos conflitos buscando a pacificação nas relações interpessoais é o que, principalmente, me motiva e satisfaz a fazer parte integrante do Judiciário.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura no dia 30 de janeiro de 1998. Trabalhou nas Comarcas de Amontada, Mulungu, Trairi, Maranguape e Maracanaú.

Regma Aguiar Dias Janebro

Titular da 3ª Vara Cível de Maracanaú

Naturalidade: Fortaleza – CE



A magistratura estadual é uma missão de vida, que desempenho como mulher, de maneira objetiva, com força, sensibilidade, coragem e determinação, tendo em vista a nobre tarefa de pacificar e julgar conflitos sociais e econômicos, sempre atenta à pessoa humana.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde o dia 31 de janeiro de 2006. Teve atuação nas Comarcas de Uruoca, Pindoretama e Pacajus.

Rejane Eire Fernandes Alves

Titular da 2ª Vara Cível de Eusébio

Naturalidade: Fortaleza – CE

HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual em 14 de maio de 1998. Exerceu a função nas Comarcas de Uruoca, Guaiúba e Paracuru.

Renata Santos Nadyer Barbosa

Titular da 19ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Salvador – BA



Fazer parte do Judiciário representa uma conquista em meio a um mundo tão machista e preconceituoso com o trabalho intelectual da mulher.



HISTÓRICO

Faz parte da magistratura desde o dia 12 de dezembro de 2008. Teve atuação nas Comarcas de Novo Oriente, Aratuba, Itapipoca e Aquiraz.

Rhaila Carvalho Said

Titular da Vara Única de Ipueiras

Naturalidade: Teófilo Otoni – MG



Ser mulher no Judiciário é, ao mesmo tempo, um desafio e uma dádiva. Desafio, em razão da desigualdade entre os gêneros no ambiente de trabalho. Dádiva, pois me permite emprestar o equilíbrio entre a força e a sensibilidade feminina que enriquecem a experiência da prestação jurisdicional.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura, foi empossada em 15 de outubro de 2021 para a Comarca de Ipueiras.

Ricci Lôbo de Figueiredo

Titular Vara Única Criminal de Aquiraz

Naturalidade: Fortaleza – CE



Desde a infância desejei ser juíza. Sonho alcançado com disciplina. Tenho consciência de que ser magistrada me define.



HISTÓRICO

Ingressou na Justiça do Ceará no dia 29 de maio de 2008. Teve atuação nas Comarcas de Barroquinha, Forquilha, Chorozinho, Pindoretama e Pacajus.

Rita Emilia de Carvalho Rodrigues Bezerra de Menezes

Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sem dúvida, o olhar feminino é diferenciado pela clareza e percuciência com que tratamos os nossos processos. Detalhistas, pacientes, dedicadas, conseguimos passar à sociedade ou parte dela, a importância desse Poder Estatal e a confiabilidade no trabalho feminino.



HISTÓRICO

É magistrada estadual desde o dia 5 de abril de 1993. Trabalhou em mais de 20 comarcas da Região Norte, como juíza zonal e como titular em Sobral e Tianguá. Desde 2009, atua na área da Infância e da Juventude em Fortaleza.

Roberta Ponte Marques Maia

Titular da 38ª Vara Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Tenho consciência do meu papel e da minha responsabilidade como magistrada, pois se hoje nós, mulheres, estamos ocupando esse cargo é porque houve muitas outras mulheres que lutaram para que isso fosse possível. Que possamos continuar essa luta para que mais mulheres passem a ocupar cargos de poder no nosso país.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 27 de agosto de 2009. Teve atuação nas Comarcas de Cariré, Crateús, Tauá e Cascavel. Também foi juíza auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (2011/2014) e juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (2015/2017). Participa do Grupo de Descongestionamento de Fortaleza desde 2019.

Rosália Gomes dos Santos

Titular da 4ª Vara de Sucessões de Fortaleza

Naturalidade: Meruoca – CE



Uma conquista, como mulher, em assumir uma profissão até pouco tempo masculina e mostrar que somos capazes de exercê-la com bom senso e responsabilidade. É a gratificação pessoal de humanizar um serviço que por sua natureza é tido como frio e formal.



HISTÓRICO

Faz parte da magistratura estadual desde o dia 31 de março de 1992. Trabalhou nas Comarcas de Caririaçu, São Benedito e Quixadá.

Rosilene Ferreira Facundo

Titular da 5ª Vara de Execução Fiscal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário oportuniza construir histórias e promover mudanças, tecendo com cautela os fios da verdade, em busca do equilíbrio de um dos maiores pilares da sociedade, a Justiça.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 5 de abril de 1983. Teve atuação nas Comarcas de Tabuleiro do Norte, Sobral e Cascavel. Em Fortaleza, já desempenhou as funções de juíza convocada do Tribunal de Justiça do Ceará em diversas ocasiões.

Samara Costa Maia

Titular da Vara Única de Campos Sales

Naturalidade: Pindobaçu – BA



Fazer parte do Judiciário, como juíza, sempre foi um grande sonho. Realizo este sonho com os desafios inerentes ao cargo, mas também atribuídos ao fato de se tratar de uma juíza (mulher), todos os dias. Logo, concretizo meu sonho, torno possível o processo de democratização social e da instituição à qual pertenço.



HISTÓRICO

É juíza desde 25 de fevereiro de 2016. Tomou posse na Comarca de Campos Sales. Já respondeu pelas Comarcas de Araripe e Potengi.

Samara de Almeida Cabral Pinheiro de Sousa

Titular do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Juazeiro do Norte

Naturalidade: Fortaleza – CE



Estar, hoje, no Judiciário é resultado de um sonho alinhado com esforço e fé.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 21 de outubro de 2009. Teve atuação nas Comarcas de Paramoti, Jaguaratama, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Caucaia e Fortaleza. É também presidente da 5ª Turma Recursal Virtual do Fórum Professor Dolor Barreira.

Sâmea Freitas da Silveira de Albuquerque

Titular da 2ª Vara Cível de Limoeiro do Norte

Naturalidade: Fortaleza – CE



Integrar o Judiciário representa a realização de um sonho e um sentimento de participar concretamente da construção de uma sociedade mais justa.



HISTÓRICO

Iniciou a carreira de juíza no dia 18 de setembro de 2009. Desempenhou a função nas Comarcas de Novo Oriente e Icapuí.

Sandra Elizabete Jorge Landim

Titular da 11ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Enquanto mulher, fazer parte do Poder Judiciário é a realização de um sonho, um orgulho que me faz levantar todos os dias com a intenção de distribuir Justiça com honestidade e de forma correta.



HISTÓRICO

Em 18 de agosto de 1994, foi nomeada para o cargo de juíza. Em 8 de setembro de 1994, assumiu a Comarca de Caridade. Também atuou em Crato, Juazeiro do Norte e Maranguape.

Sandra Helena Fortaleza de Lima

Juíza do 1º Juizado Auxiliar das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas; e da Auditoria Militar de Fortaleza

Naturalidade: Campos Sales – CE



Penso que a mulher, tendo a mesma capacidade intelectual do homem, pode acrescentar muito, via de regra, com seu olhar mais sensível e humanizado, na solução de conflitos, inclusive extrajudicialmente, em um acolhimento mais pessoal daqueles que trazem as suas angústias muitas vezes nunca escutadas por alguém.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual no dia 9 de setembro de 1994. Teve atuação nas Comarcas de Itarema, Beberibe, Iguatu e Caucaia.

Sandra Oliveira Fernandes

Titular da 2ª Vara Cível de Aquiraz

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário representa, para mim, uma vitória e um desafio.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde 23 de abril de 1993. Trabalhou nas Comarcas de Iracema e Senador Pompeu, antes de chegar à unidade atual.

Shirley Maria Viana Crispino Leite

Juíza do 8º Juizado Auxiliar das Varas Cíveis Comuns; Cíveis Especializadas nas Demandas em Massa; Recuperação de Empresas e Falências; e Registros Públicos de Fortaleza

Naturalidade: Quixadá – CE



Fazer parte do Judiciário representa uma grande conquista, evidentemente, conseguida com muitos esforços, não abandonando a família e dedicando-se à função com sensibilidade e arrojo na difícil arte de decidir.



HISTÓRICO

Ingressou na Justiça do Ceará em 20 de março de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Farias Brito, Várzea Alegre, Acaraú, Baturité e Caucaia.

Silvia Soares de Sá Nóbrega

Titular da 2ª Vara de Registros Públicos de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Respeito a todas as mulheres, principalmente as que um dia deixaram de ter essa oportunidade, frente às dificuldades que subsistiam para que alguém do sexo feminino pudesse ocupar uma função antes exercida quase que em sua totalidade por homens.



HISTÓRICO

Iniciou a carreira de magistrada em 5 de abril de 1993. Trabalhou nas Comarcas de Marco, Russas e Quixadá. Em Fortaleza, foi juíza auxiliar e juíza convocada do Tribunal de Justiça.

Sirley Cíntia Pacheco Prudêncio

Diretora do Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira
Juíza do 3º Juizado Auxiliar dos Juizados Especiais Cíveis; Criminais; e das
Turmas Recursais Cíveis e Criminais de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Minha contribuição se agrega no intuito de fortalecer a participação feminina, como meio de transformação social, através de uma atuação jurisdicional voltada ao cumprimento dos direitos e garantias fundamentais.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 17 de março de 1995. Teve atuação nas Comarcas de Poranga, Irauçuba, Orós e Crato.

Solange Menezes Holanda

Titular da Vara de Crimes contra a Ordem Tributária de Fortaleza
Supervisora da Secretaria Judiciária de 1º Grau e do Serviço de Distribuição da
Comarca de Fortaleza

Naturalidade: Baturité – CE



Integrar o Judiciário cearense representa, para mim, um desafio, uma audácia, porque sou mulher, provenho de uma família humilde do interior cearense e, como revelam todos os dados, o Judiciário do Brasil é, essencialmente, masculino, branco e heteronormativo.



HISTÓRICO

É juíza desde março de 1998. Desempenhou a função nas Comarcas de Quixelô, Santana do Acaraú, Pacatuba, Iguatu, Acopiara, Jucás, Massapê e Guaiúba. Atuou no extinto Núcleo de Apoio Criminal

Sonia Meire de Abreu Tranca Calixto

Titular da 1ª Vara de Registros Públicos de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sou extremamente feliz por Deus haver me confiado a nobre função de estar perto dos mais necessitados e, especialmente, ter a oportunidade de fazer algo por eles, no sublime papel de distribuir justiça, garantir dignidade à pessoa humana, reduzir as desigualdades e dar cidadania aos invisíveis, que não existem perante o Estado em razão de não possuírem documento algum.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 17 de junho de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Caririaçu, Barro, Parambu, Iguatu e Quixeramobim.

Suyane Macedo de Lucena

Juíza do 4º Juizado Auxiliar das Varas de Família; Sucessões; e Infância e Juventude de Fortaleza

Naturalidade: Brejo Santo – CE



Fazer parte do Judiciário, para mim, é reforçar que podemos nos destacar como profissionais sem comprometer o cumprimento dos deveres da maternidade.



HISTÓRICO

O início da carreira de juíza no dia 1º de fevereiro de 2006. Trabalhou nas Comarcas de Graça, Umirim, Morrinhos, Ipu, Boa Viagem e Aracati.

Tássia Fernanda de Siqueira

Titular da 2ª Vara Cível de Canindé

Naturalidade: Cascavel – PR



Integrar o Judiciário representa a materialização de um sonho que, na qualidade de mulher, demandou um caminho pautado na superação de obstáculos invisíveis. Hoje, os desafios são ainda maiores e constantes: levar a sensibilidade inerente ao gênero feminino ao jurisdicionado todos os dias como a própria missão de vida.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense em fevereiro de 2016. Inicialmente, exerceu as atividades na Comarca de Ipueiras, antes de chegar à unidade onde está atualmente.

Tatiana Mesquita Ribeiro

Titular da Vara Única de Umirim

Naturalidade: Fortaleza – CE



Como mulher cearense, fazer parte do Judiciário é uma honra, apesar dos desafios que envolvem a carreira. Para mim, a magistratura exige força e resiliência, mas também sensibilidade e empatia.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura, foi empossada no dia 15 de outubro de 2021 para a Comarca de Umirim.

Teresa Germana Lopes de Azevedo

Titular do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza

Naturalidade: Sobral – CE



Ser magistrada representa a minha primeira e única atividade profissional, iniciada aos 24 anos de idade. Significa servir à sociedade cearense, em diversos municípios, com imparcialidade, coragem, ética, profissionalismo, dedicação e honestidade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura no dia 12 de março de 1998. Trabalhou nas Comarcas de Bela Cruz, Carnaubal, Ubajara, Pacoti, Guaramiranga, Itapipoca, Maracanaú e Caucaia. Já em Fortaleza, foi juíza auxiliar do Juizado da Mulher.

Themis Pinheiro Murta Maia

Titular da 4ª Vara Criminal de Caucaia

Naturalidade: Fortaleza – CE



Minha participação representa uma possibilidade real para outras mulheres de que todas podem ocupar quaisquer lugares, inclusive com poder de decisão; além da contribuição da visão feminina como um contraponto à sociedade patriarcal em que vivemos.



HISTÓRICO

Ingressou no Judiciário cearense no dia 23 de março de 1998. Teve atuação nas Comarcas de Hidrolândia, Mucambo, Pereiro, Tauá e Aracati.

Ticiane Silveira Melo Muniz

Titular da 1ª Vara de Massapê

Naturalidade: Crateús – CE



“Ser magistrada é enfrentar diariamente o grande desafio de exercer uma atividade que nos exige muito estudo, coragem e equilíbrio emocional. De conciliar o trabalho e a família. É engrandecer a alma quando escutamos relatos de como nosso trabalho foi importante para alguém. É se sentir realizada a cada decisão, é saber que estamos dando nosso máximo, dentro da estrutura que temos, para mudar o mundo de alguém.”



HISTÓRICO

Faz parte da Justiça cearense desde o dia 7 de abril de 2013. Trabalhou nas Comarcas de Coreaú, Granja e Viçosa do Ceará.

Valencia Maria Alves de Sousa Aquino

Titular da 5ª Vara do Júri de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Fazer parte do Judiciário representa o fruto dos direitos democráticos alcançados pelos movimentos feministas dos séculos XVIII e XIX, entre eles o direito ao trabalho. Nossas conquistas devem ser ressaltadas sem afetação, mas sim com sororidade.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura estadual no dia 21 de setembro de 1994. Teve atuação nas Comarcas de Monsenhor Tabosa, Pacoti e Maracanaú.

Valéria Carneiro Sousa dos Santos

Titular do 23º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sinto-me muito honrada de fazer parte do quadro de magistradas do Ceará. Foram mais de 20 anos de jornada, foram muitos desafios, mas cada batalha vencida foi um aprendizado. Hoje, sou muito feliz e realizada nesta profissão.



HISTÓRICO

É juíza cearense desde o dia 30 de janeiro de 1998. Exerceu a função nas Comarcas de Meruoca, Jaguaratama, Itapipoca, Russas e Cascavel.

Valéria Márcia de Santana Barros Leal

Titular do 5º Juizado Especial Cível de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



Sinto-me muito honrada em ser magistrada no meu Estado e, principalmente, de poder atuar de forma a mostrar a recente reconhecida capacidade e força da mulher brasileira, trabalhando de forma igualitária com meus colegas.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura em 18 de março de 1993. Foi responsável pela instalação da Comarca da Meruoca. Posteriormente, trabalhou em Paracuru e São Gonçalo do Amarante.

Valeska Alves Alencar Rolim

Titular da 10ª Vara de Família de Fortaleza
Ouvidora do Fórum Clóvis Beviláqua

Naturalidade: Iguatu – CE



É motivo de orgulho representar uma parcela tão significativa da sociedade que, ao longo de tantos anos, foi impossibilitada de ocupar espaços como este na defesa de direitos. Sinto-me vocacionada. Gratidão a Deus e à minha família pelo incentivo e confiança.



HISTÓRICO

Faz parte da magistratura desde o dia 23 de setembro de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Reriutaba, Varjota, Massapê, Senador Sá, Uruburetama, Tururu, Umirim, Itapipoca, Meruoca, Caucaia e Maracanaú.

Vanessa Malveira Cavalcanti

Titular da Vara Única de Tamboril

Naturalidade: Fortaleza – CE



Integrar o Judiciário cearense representa, para mim, enquanto mulher, uma grande conquista, advinda, também, do caminho aberto por minhas antecessoras. Somente a partir da ampla participação feminina em todas as esferas de poder, será possível a construção de uma sociedade mais digna, justa, livre e igual.



HISTÓRICO

Recém-ingressa na magistratura, foi empossada em 15 de outubro de 2021 para a Comarca de Tamboril.

Vanessa Maria Quariguasy Pereira Veras

Titular da 9ª Vara Criminal de Fortaleza

Naturalidade: Caruaru – PE



Uma vocação linda, que exerço com amor e dedicação, mas também um desafio constante, não especificamente pelo fato de ser mulher, mas pelas próprias limitações e pouca valorização que recebe a magistratura como um todo.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura do Ceará em 21 de dezembro de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Ipaumirim, Russas, Alto Santo, Beberibe, Juazeiro do Norte, Aquiraz, Cascavel, Pindoretama e Iracema.

Veronica Margarida Costa de Moraes

Titular da 1ª Vara Cível de Baturité

Naturalidade: Igarapé-Miri – PA



Ser juíza é uma grande conquista e, em relevante grandeza, a superação de obstáculos, próprios do gênero e inerentes ao segmento social que me origina: mulher e filha de pescadores.



HISTÓRICO

Passou a fazer parte da magistratura cearense no dia 31 de julho de 2009. Trabalhou nas Comarcas de Baixio, Alto Santo e Mulungu.

Vilma Freire Belmino Teixeira

Titular da 17ª Vara de Família de Fortaleza

Naturalidade: Fortaleza – CE



A mulher vem mostrando ter capacidade intelectual e sensibilidade para lidar e resolver as demandas.



HISTÓRICO

Ingressou na magistratura cearense em 8 de outubro de 1993. Teve atuação nas Comarcas de Meruoca, Massapê, Mulungu, Aratuba, Sobral, Limoeiro do Norte e São João do Jaguaribe.

Yanne Maria Bezerra de Alencar

Juíza do 1º Juizado Auxiliar da 2ª Zona Judiciária

Naturalidade: Iguatu – CE



Inquestionavelmente, sinto gratidão em fazer parte do Judiciário. Vivo a concretização de um sonho todos os dias. Sinto-me vocacionada e realizada.



HISTÓRICO

A magistrada iniciou a carreira na Justiça cearense em fevereiro de 2016. Inicialmente, desempenhou a função na Comarca de Jucás, antes de assumir a unidade atual.

Referências Bibliográficas

Ceará, Tribunal de Justiça. Realizações biênio 1999/2000 – Fortaleza: Tribunal de Justiça do Ceará, 2001 – Edição Comemorativa. Gestão Desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na Segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de (Org.); Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000

PONTE, S. R. B. A Belle Époque em Fortaleza: Remodelação e Controle. In: SOUSA, Simone de (Org.). Uma Nova História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>

RODRIGUES, João Batista Cascudo (1962). A Mulher Brasileira: Direitos Políticos e Cíveis. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962

<https://www.tre-ce.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/desembargadora-auri-moura-costa>

<https://corregedoria.tjce.jus.br/desa-agueda-passos-rodrigues-martins-gestao-2001-2002/>

<https://www.tjce.jus.br/institucional/ex-presidente-6/>

<https://www.tre-ce.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/desembargadora-gizela-nunes-da-costa>

<https://www.tjce.jus.br/noticias/desembargadora-gizela-nunes-da-costa-recebe-ra-titulo-de-doutora-honoris-causa-2/>

<https://www.tjce.jus.br/noticias/desembargadora-aposentada-edite-bringel-olinda-recebe-homenagem-do-pleno-do-tjce/>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/edte-bringel-eleita-desembargadora-1.164699+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

<https://www.tre-ce.jus.br/o-tre/corregedoria-regional-eleitoral/tre-ce-corregedores-eleitorais/desembargador-maria-celeste-thomaz-de-aragao>

<https://www.tjce.jus.br/institucional/desa-maria-iracema-martins-do-vale/>

<https://www.al.ce.gov.br/index.php/todas-noticias/item/60390-iracema-vale-governa-o-ceara-ate-a-quinta-feira>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/desembargadora-iracema-do-vale-e-homenageada-com-o-trofeu-sereia-de-ouro-1.2153007+&cd=19&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

<https://www.tjce.jus.br/institucional/desa-maria-nailde-pinheiro-nogueira/>

<https://www.ceara.gov.br/2019/11/19/homenagem-marca-trajetoria-dedicada-ao-direito-cearense/>

<https://tjcev2.tjce.jus.br/noticias/primeira-juiza-do-brasil-e-cearense-do-municipio-de-redencao/>

<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-sarto-entrega-medalha-iracema-aos-quatro-homenageados-da-edicao-2021>

<i>Formato</i>	22 x 27 cm
<i>Tipologia</i>	Mulish • MADE Mirage • Tinos
<i>Papel</i>	Couchê Fosco 120 g/m ² (miolo) Supremo 250 g/m ² (capa)
<i>Número de Páginas</i>	229
<i>Impressão</i>	Coordenadoria de Apoio Operacional Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
<i>Data</i>	Março 2022

